



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

RAPHAEL PEREIRA DOS ANJOS

**A DISCIPLINA LIBRAS NO ENSINO SUPERIOR DO DF: OLHAR
DISCENTE**

Brasília, 2011.

RAPHAEL PEREIRA DOS ANJOS

A DISCIPLINA LIBRAS NO ENSINO SUPERIOR DO DF: OLHAR DISCENTE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Comissão Examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Prof^ª Mestre Edeilce Aparecida Santos Buzar

Brasília / 2011

ANJOS, Raphael Pereira dos

**A Disciplina Libras no Ensino Superior do DF: Olhar discente /
Raphael Pereira dos Anjos. – Brasília, 2011.**

XX f.:il

**Monografia (Graduação em Pedagogia) – Curso de Pedagogia,
Universidade de Brasília, 2011.**

**1. Libras 2. Disciplina Libras 3. Ensino Superior 4. Olhar
discente. Título.**

CDU – (este é um número que você pega na biblioteca)

RAPHAEL PEREIRA DOS ANJOS

A DISCIPLINA LIBRAS NO ENSINO SUPERIOR DO DF: OLHAR DISCENTE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Comissão Examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

DATA DE APROVAÇÃO: / /

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Mestre Edelce Aparecida Santos Buzar (Orientadora)

Universidade de Brasília

Prof^a Doutora. Norma Lúcia Neris Queiroz (Examinadora)

Universidade de Brasília – UnB

Prof.^a Mestre. Patrícia Tuxi dos Santos (Examinadora)

Instituto de Educação Superior de Brasília - IESB

Aos meu pais por me ensinarem o
valor do respeito ao próximo.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus por ter iluminado meu caminho e me permitido viver experiências tão intensas e formadoras.

Aos meus pais, Lucimar e Inácio, que sempre estão ao meu lado, independente do que aconteça e que fazem questão de demonstrar o quanto me amam pelo que sou.

A meu irmão Danilo pela grande ajuda na construção desse trabalho.

À você, Tatiane, a irmã que eu escolhi e que, mesmo sem laço de sangue faz parte de minha família.

À Cristina de Sousa, que resistiu firmemente aos meus acessos de raiva e sempre conseguia me tirar do sério com sua alegria de mãe.

À toda minha família por confiar em mim e me fazer desejar o que o mundo tem de melhor a oferecer.

Aos amigos da Loja Conceito VIVO Iguatemi Brasília que acompanharam de perto minha jornada e me fizeram perceber o valor das pessoas.

À VIVO, empresa que acredita em meu trabalho e que se colocou pronta a me apoiar para a conclusão de meu curso.

À Elcivanni Lima e sua adorável mãe pelas orações e pela confiança em meu trabalho.

Aos surdos e interpretes meus amigos. O contato com vocês abriu meus olhos para uma cultura que me fascina cada dia mais.

À Edeilce Buzar, minha orientadora, por me ajudar a organizar tantas idéias soltas e transformar num trabalho claro e real. Obrigado por acreditar em mim.

Por fim, agradeço a todos que passaram pela minha vida, me marcaram e deixaram-se ser impactados por mim. Nada é por acaso.

Sumário

| | |
|---|-----------|
| LISTA DE ABREVIATURAS | 10 |
| LISTA DE ILUSTRAÇÕES | 12 |
| RESUMO | 14 |
| ABSTRACT..... | 15 |
| PARTE I..... | 16 |
| MEMORIAL EDUCATIVO | 16 |
| PARTE II..... | 25 |
| MONOGRAFIA | 25 |
| INTRODUÇÃO | 26 |
| CAPÍTULO 1. O SUJEITO SURDO..... | 30 |
| 1.1. <i>Perspectiva clínica da surdez.....</i> | 30 |
| 1.2. <i>Perspectiva sócio-antropológica da surdez</i> | 32 |
| 1.2.1 <i>Ser surdo ao longo da história.....</i> | 33 |
| 1.2.2 <i>Ser surdo no Brasil.....</i> | 36 |
| CAPÍTULO 2 - LÍNGUA DE SINAIS | 38 |
| 2.1 <i>Língua Brasileira de Sinais – Libras</i> | 40 |
| 2.1 <i>Fonologia</i> | 42 |
| 2.2 <i>Morfologia.....</i> | 49 |
| 2.3 <i>Sintaxe</i> | 53 |
| 2.3.1 <i>Tipos de verbos</i> | 53 |
| 2.3.2 <i>Sintaxe Espacial.....</i> | 54 |
| CAPÍTULO 3 - A LIBRAS E O ENSINO SUPERIOR | 57 |
| 3.1 <i>A Libras como disciplina.....</i> | 59 |
| CAPÍTULO 4 - METODOLOGIA | 61 |
| 4.1 <i>Contextualizando a pesquisa.....</i> | 62 |
| 4.1.2 <i>Campo de Pesquisa</i> | 62 |
| 4.1.1 <i>Sujeitos da Pesquisa.....</i> | 63 |
| 4.1.2 <i>Instrumentos</i> | 63 |
| 4.1.3 <i>Coleta de Dados</i> | 64 |
| 4.1.4 <i>Análise dos dados.....</i> | 65 |
| CAPÍTULO 5 - RESULTADOS E DISCUSSÕES | 67 |

| | |
|--|------------|
| 5.1 Demográfico..... | 67 |
| 5.1.1 – Participantes por curso de graduação..... | 68 |
| 5.1.2 – Participantes por posição no fluxo de seu curso | 69 |
| 5.2 Formativo..... | 70 |
| 5.2.1 – Carga Horária da disciplina..... | 70 |
| 5.2.2 – Nível de abordagem da disciplina..... | 72 |
| 5.2.3 – Professor surdo ou Professor Ouvinte | 73 |
| 5.3 Formador | 76 |
| 5.3.1 Motivadores para cursar a disciplina Libras..... | 76 |
| 5.3.2 Motivos para as IES terem implementado a disciplina..... | 77 |
| 5.3.3 Reflexos da disciplina na formação profissional | 78 |
| 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 81 |
| REFERÊNCIAS | 85 |
| APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE | 87 |
| APÊNDICE B – Declaração de Participação | 88 |
| APÊNDICE C – Questionário..... | 89 |
| ANEXO A – Lei 10.436 de 21 de abril de 2002. | 91 |
| ANEXO B – Decreto 5626 de 22 de dezembro de 2005..... | 93 |
| PARTE III..... | 108 |
| PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS | 108 |

LISTA DE ABREVIATURAS

APADA – Associação de Pais e Amigos do Deficiente Auditivo

ASL – American Sign Language

C.A – Centro Acadêmico

CIEE – Centro de Integração Empresa Escola

CM – Configuração de Mão

dB – Decibéis

DF – Distrito Federal

ENM – Expressão não-manual

FENEIDA – Federação Nacional de Educação e Integração dos Deficientes Auditivos

FENEIS – Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos

HUB – Hospital Universitário de Brasília

IES – Instituto de Ensino Superior

INES – Instituto Nacional de Ensino dos Surdos

Libras – Língua Brasileira de Sinais

M – Movimento

O – Orientação

PA – Ponto de Articulação

PAS – Programa de Avaliação Seriada

PBSL – Português do Brasil como Segunda Língua

PROLIBRAS – Exame Nacional de Proficiência em Libras

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TI – Tecnologia da Informação

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UnB – Universidade de Brasília

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|----|
| Quadro 1 - Classificação da Surdez Infantil quanto o seu grau..... | 26 |
| Figura 1. Pares mínimos da Libras | 39 |
| Figura 2. Configuração de Mão | 40 |
| Figura 3. Espaço de realização dos sinais e as quatro áreas principais de articulação dos sinais | 41 |
| Figura 4. Sinais opostos por Ponto de Articulação | 41 |
| Figura 5. Sinais opostos por movimento | 42 |
| Figura 6. Orientações de mão | 43 |
| Figura 7. Léxico da Libras | 44 |
| Figura 8. Derivação nome-verbo | 45 |
| Figura 9. Regra do Contato | 46 |
| Figura 10. Regra da sequência única | 46 |
| Figura 11. Regra de antecipação da mão não-dominante | 47 |
| Figura 12. Regra da incorporação de numeral | 47 |
| Figura 13. Regra da incorporação de negação | 48 |
| Figura 14. Verbos simples – Libras | 48 |
| Figura 15. Verbos com concordância – Libras | 49 |
| Figura 16. Verbo espacial – Libras | 49 |
| Figura 17. Ordem SVO – Libras | 50 |
| Figura 18. Ordens OSV e SOB respectivamente | 50 |
| Gráfico 1. Participação por curso de graduação | 63 |
| Gráfico 2. Participantes por posição no fluxo de seu curso | 65 |

| | |
|---|----|
| Gráfico 3. Quanto a carga horária da disciplina Libras | 66 |
| Gráfico 4. Nível de abordagem dos conteúdos | 67 |
| Gráfico 5. Motivadores para cursar a disciplina Libras | 71 |

RESUMO

O presente trabalho trata da Língua Brasileira de Sinais – Libras como disciplina nos cursos de graduação do ensino superior. Este estudo tem como objetivo principal analisar a concepção dos discentes de instituições de ensino superior sobre a disciplina Libras e como ela pode repercutir na formação profissional desses discentes de acordo com a teoria sócio-antropológica da surdez, entendendo que o sujeito surdo tem uma língua própria que o permite interagir com o mundo e estabelecer relação com os outros, criando assim valores e códigos que constituem sua cultura. O foco deste trabalho foram os discentes da disciplina, considerando que estes serão os profissionais que atuarão para o cumprimento da Lei de Libras, que discorre sobre a difusão e uso da Libras na sociedade como um todo, mas com ênfase nos ambientes educacionais. Foram pesquisados 96 alunos da disciplina Libras de 2 instituições de ensino superior do Distrito Federal. Os dados foram coletados com a aplicação de um questionário com perguntas abertas e fechadas. Os resultados apontaram o perfil do aluno da disciplina como estudante universitário com idade entre 20 e 25 anos, cursando do 3º ao 6º semestre de cursos da área de humanas. Demonstram também que a carga horária da disciplina é considerada insuficiente ou regular, mas que a maioria dos estudantes finaliza o curso se sentindo capaz de se comunicar em nível básico com surdos, mas sem compreender questões relevantes sobre a comunidade surda como sua história. Conclui-se então que a disciplina Libras necessita de uma estruturação curricular que contemple um aprofundamento não só no ensino da língua como também nos aspectos culturais da comunidade surda. Faz-se necessário repensar como as Instituições de Ensino Superior - IES tem se posicionado perante a legislação vigente, já que a disciplina cumpre requisitos legais, mas ainda não cumpre plenamente requisitos sociais.

Palavras-chave: Libras, Disciplina Libras, Ensino Superior, Olhar discente

ABSTRACT

This paper deals with the Brazilian Sign Language - Libras as a discipline in undergraduate higher education. This study's main objective is to analyze the perceptions of college students about the discipline Libras and how it can affect the training of these students according to socio-anthropological theory of deafness, understanding that the deaf subject has its own language that allows you to interact with the world and establish relationships with others, creating values and codes that represent their culture. The focus of this work were the students of the discipline, considering that these will be professionals who will work to comply with the Libras Act, which discusses the dissemination and use of Libras in society as a whole, but with emphasis on educational settings. We surveyed 96 students of the discipline Libras of 2 higher education institutions of the Distrito Federal. The database were collected with the application of a questionnaire with open and closed questions. The results showed the student of this discipline profile as a college student aged between 20 and 25 years, attending the 3rd to 6th semester in courses of the humanities. They also demonstrate that the workload of the course is deemed insufficient or regular, but most students complete the course feeling able to communicate with deaf people at a basic level, but without understanding issues relevant to the deaf community such as their history. It is concluded that the discipline Libras needs a curricular structure that includes a depth not only in language teaching but also the cultural aspects of the deaf community. It is necessary to rethink how the institutions of higher education - IHE has been placed before the legislation, since the course meets legal requirements, but not yet fully comply with social requirements.

Keywords: Libras, Libras Discipline, Higher Education, Students perception

PARTE I

MEMORIAL EDUCATIVO

Para entender bem minha história é preciso conhecer um pouco da história de meus pais. Minha mãe era casada com o melhor amigo de meu pai, mas por uma série de razões que não convém expor ela se separou, e quem estava lá para apoiá-la? Meu querido pai.

Tanta a família de minha mãe como a de meu pai não aceitavam este relacionamento. Imagine só, acabar um casamento, instituição sagrada, para ficar com outro homem; ou pior, namorar a mulher do amigo que mais parecia irmão.

Meus pais enfrentaram uma barra enorme. Moraram num quarto e dividiram uma cama de solteiro, decidiram tentar a vida em São Paulo e ao chegarem lá a grande descoberta: minha mãe estava grávida de mim! Por medo, pois minha mãe sempre tivera dificuldades para engravidar, decidiram voltar para Brasília, mais precisamente para o mesmo quartinho em que viviam. Contudo já não havia mais cama de solteiro. Foram dormir num carpete azul, mas o amor era tanto que nada importava a não ser que estavam juntos!

A gravidez foi difícil, mas nada que um casal apaixonado não pudesse superar. Quando minha mãe recebeu alta do hospital meu pai trabalhava numa empresa de gás e o único transporte que ele conseguiu foi um caminhão de entregas. E lá fomos eu e minha mãe chacoalhando no caminhão! Durante os primeiros meses minhas avós não visitaram minha mãe, por orgulho eu acredito.

Mas numa tarde de domingo a vizinha da mãe de meu pai bate à porta e diz a minha mãe que minha avó queria me ver, mas estava muito embriagada. Minha mãe ficou apreensiva, mas permitiu a visita. Depois disso as visitas foram mais frequentes. Enfim, o resguardo acabou e minha mãe precisava voltar ao trabalho.

Minha avó se ofereceu para ficar comigo, mas minha mãe tinha medo por causa da bebida. Depois de muita conversa minha avó prometeu que pararia de beber para poder cuidar de mim. E realmente parou!

Ao completar 1 ano e 8 meses comecei a frequentar a escola. Meus pais me levavam antes de saírem para o trabalho e um de meus tios me buscava. Fui muito paparicado por ser a primeira criança da família, e uma família grande por sinal... Meu pai tem 7 irmãos e minha mãe 3! Era muita gente para comprar as rifas da escola e participar das festas.

Sempre estudei em colégio particular. Meus pais faziam um esforço enorme para manter este padrão por quererem me dar a educação que ‘eles não tiveram’. Fui um aluno muito bom durante os primeiros anos de escola, mesmo com as constantes broncas da professora por conversa excessiva.

Ao chegar a 5ª série tive uma queda considerável em meu desempenho. Não sei elencar os motivos, mas acredito que o principal foi a mudança de estrutura. Eu estava acostumado com um professor só em sala e de uma hora para outra tive professores que mudam a cada 50 minutos, matérias com um grau de dificuldade maior e claro, a adolescência batendo à minha porta. Mais uma vez meus pais se dispuseram a me ajudar e demonstraram que os estudos eram importantes para mim e eu consegui recuperar minhas notas.

Nunca gostei muito de futebol, o que me distanciava dos garotos da escola. Isso favoreceu minha aproximação das meninas e minhas boas notas e o gosto por sentar na frente da classe também. Fiz amizades muito consistentes que perduraram até a 7ª série.

Meu pai sempre incentivou atividades extracurriculares. Fiz curso de informática, natação e karatê, além de participar de atividades numa instituição religiosa. Na igreja eu fazia parte do grupo de coreografia e da rede de crianças. Eu era professor das crianças de 3 e 4 anos e amava o que fazia. Este foi meu primeiro contato com a sala de aula. Sempre que estava escalado para ministrar o “cultinho” como nós chamávamos eu me dedicava, preparava dinâmicas, brincadeiras e criava formas e formas de contar os textos bíblicos.

Sobre a dança, sempre foi uma paixão e eu corri muito atrás deste sonho. Aos 12 anos, sem que meus pais soubessem fui a uma escola de balé e pedi uma bolsa. Consegui e frequentei 1 ano de aulas escondido. Aliás, eles ficarão sabendo dessa proeza ao ler estas páginas! Atralei a experiência adquirida nesse curso ao trabalho no grupo de dança da igreja, famoso à época, e montamos um curso para auxiliar outras comunidades religiosas que tivessem a intenção de criar seus próprios grupos. Foi minha segunda experiência como docente. Eu ministrava o módulo intitulado “Os Homens e a dança bíblica” e também o módulo de “Prática em Adoração I”. Foi um desafio interessante por se tratar de um público mais velho e a dinâmica da aula ser diferente da utilizada com as crianças, mas foi muito enriquecedor também.

No ano em que eu iria para a 8ª série pedi a meus pais que me mudassem de escola e fui para uma mais próxima de casa. Cheguei à escola nova justamente na 8ª série, exatamente quando a maioria das meninas da turma vai completar 15 anos. Foi um desafio enorme, por que a turma estava toda entrosada e os casais de debutantes todos formados. Mesmo assim, sai do colégio anterior com o intuito de fazer diferente.

Não demorei a conquistar o carinho das meninas da sala e por consequência o descontentamento de alguns dos garotos, já que acabei me envolvendo com as meninas mais desejadas. Não obstante, fiz amizade com muitos professores, inclusive com a direção da escola. Estava envolvido com todos os eventos da escola e até tentei instaurar um grêmio estudantil, mas foi tentativa frustrada.

Paralelo à escola me envolvi num projeto chamado Dança e Cidadania, já com o consentimento de meus pais. Esse projeto capacitava jovens estudantes em danças de salão e formava professores. Fiquei no projeto por 2 anos.

Foi durante o Ensino Médio que conheci minhas grandes inspirações educacionais. Dois professores que fizeram e fazem a diferença em meu processo educativo. Um deles foi meu professor de Física, Jefferson e a outra minha professora de Português, Guiana.

Eles se tornaram meus amigos e pude partilhar momentos de aprendizado que não podem ser descritos, pois creio que não existam palavras que traduzam as lições de vida que tivemos juntos.

Com o Jefferson, eu e um grupo de amigos fizemos 2 montagens fantásticas da via sacra e criamos um projeto chamado Vira Mundo, que consistia em aulas de reforço para alunos de uma escola pública da região. Esses alunos tinham uma particularidade especial: eram repetentes a mais de 3 anos. Fui responsável pelas aulas de matemática e até hoje sou lembrando como o professor das “musiquinhas”, já que sempre introduzia novos temas com paródias.

Já a Guiana fez um trabalho que me permitiu um autoconhecimento muito grande. Ela propunha tarefas que nos permitisse pensar e repensar o mundo em forma de palavras. Cada um na sala tinha um caderno e, em meu caso específico, eu uso este caderno até hoje. As reflexões sobre quem eu era e quem eu queria me tornar contribuíram muito para meu amadurecimento.

Ainda sobre o Ensino Médio, este período foi de grandes transformações e mudanças para mim. Foi um período bastante delicado emocionalmente e a pressão do vestibular contribuiu para a formação de uma tempestade dentro de mim. Dúvidas começaram a pairar sobre minha cabeça, muitas dessas dúvidas me acompanharam até a universidade e acredito que consegui deixá-las aqui. Para muitas delas levo uma resposta, para outras prefiro simplesmente deixar que outros na academia tentem responder.

Fiz o PAS (Programa de Avaliação Seriada), uma forma diferente de ingressar na universidade. A primeira etapa foi um sucesso e obtive uma nota bastante satisfatória. Isso me animou muito e me deu a energia necessária para seguir estudando rumo à Universidade. Durante o ano da segunda etapa eu estava trabalhando como monitor do Projeto Dança e Cidadania, fazendo um cursinho preparatório, namorando e ainda participando de um grupo de estudos. Foi uma loucura, eu ficava até 2, 3 horas da manhã estudando num ritmo frenético, chegava a virar noites. O resultado disso foi uma nota muito abaixo da média na segunda prova. Fiquei frustrado e cheguei a me trancar no quarto por horas.

Meu 3º ano foi bem decisivo, saí do projeto e me dediquei ao fim dessa etapa de educação. Dessa vez deixei para estudar mesmo para o PAS no fim do ano. Lembro que fiquei uma semana sem dormir quando a prova se aproximava. Tomava misturas de energético com café, coca cola e leite condensado. Como vocês podem imaginar fui parar no hospital. Todavia o esforço valeu a pena e tirei uma nota excelente na última e derradeira etapa do Programa, tanto que fiquei entre as cinco melhores colocações de meu curso.

Sobre a escolha do curso, não foi ao acaso. Como disse, sempre tive uma tendência para a sala de aula ou para a docência. Minha primeira intenção, como a de muitos colegas foi fazer Psicologia, isso antes mesmo de iniciar o vestibular. Porém, quando recebi a cartilha do PAS com explicações sobre os campos de estudo de cada área me apaixonei pela Pedagogia e decidi que era esse o caminho que trilharia. Educador. Foi essa a vontade que se configurou em meu coração a cada ano que passava.

Certo dia, acompanhei minha mãe e alguns primos ao cinema para ver As Crônicas de Nárnia. Estávamos na metade do filme quando minha namorada me ligou e

disse que eu havia passado na UnB! Não contive o grito dentro do cinema e comemorei ali mesmo.

Infelizmente não pude comemorar como devia, pois neste mesmo período meu pai havia perdido o emprego e a família toda estava preocupada com a situação. Fiquei feliz por ter conseguido ingressar na universidade porque se não fosse assim, talvez hoje eu não estivesse escrevendo este texto.

Os primeiros meses na Universidade foram muito difíceis. Como todo calouro queria chegar bem cedo às aulas e para isso acordava 5h20 da manhã. Pegava a única linha de ônibus para a UnB já lotado e chegava à Faculdade 7h. Quando o sono era mais forte que eu colocava a mochila embaixo de algum banco e dormia em pé mesmo no coletivo e ao chegar na UnB dormia no C.A(Centro Acadêmico).

Fiz amizade e me popularizei logo na Faculdade de Educação. Eu, Gabi, Carol, Mari, Lú e Chico sempre éramos elogiados pelas apresentações de trabalho e pelos seminários. Logo no segundo semestre fui convidado por uma professora para estagiar em sua empresa de Consultoria Organizacional. Aceitei de imediato, já que isso deixaria meus pais um pouco mais folgados financeiramente.

Nessa empresa eu recebia 360 reais por 40h semanais, mas como a UnB consumia muito de meu tempo eu fazia menos horas e recebia menos por isso, porém o aprendizado foi enorme e as amizades que fiz também foram muito sólidas. Foi nesse estágio que aguicei meu senso de organização. Aprendi a priorizar demandas e a gerenciar meu tempo. Além disso, foi quando fiz minha primeira fase de Projeto 3.

Minha chefe fora contratada por um professor da UnB para avaliar um projeto de Filosofia na Escola, que tinha como objetivo desenvolver o pensamento filosófico em crianças das séries iniciais em Planaltina. Como eu iria ajudar na tabulação de dados e organização dos resultados da pesquisa, me sugeriram matricular no projeto assim, além de cumprir horas de trabalho eu ainda ganharia os créditos da disciplina. Não pelos créditos recebidos, o projeto foi bastante enriquecedor.

Tive algumas dificuldades emocionais que abalaram inclusive meu físico nessa época e preferi deixar o estágio. Fiquei um curto período de tempo sem trabalhar e não aguentei. Logo fui chamado pelo CIEE, uma empresa de gerenciamento de carreira, para estagiar numa escola de aperfeiçoamento jurídico. Achei que como era um estágio

de Pedagogia eu poderia desenvolver um trabalho bacana em minha área, mas me colocaram para entregar apostilas e organizar as salas antes das aulas começarem.

Claro que a situação me frustrou um pouco, mas não desanimei e em meus intervalos eu corria para a secretaria e ajudava a equipe no atendimento. Tão logo meu trabalho foi notado mudaram minhas atribuições e comecei a atuar como auxiliar de coordenação, não mais como estagiário. Mas ainda era pouco para mim. Comecei então a ajudar a equipe de matrícula e telemarketing e quando vi era o coordenador da área. Mais uma vez precisei me afastar por questões emocionais. Dessa vez preferi dar um tempo também na faculdade e solicitei um trancamento. Lembro que sai da Secretaria do Curso chorando como criança. Que momento difícil!

Comecei um acompanhamento psicológico e voltei à faculdade. Este era meu 4º semestre e eu já tinha conseguido sair completamente do fluxo de meu curso. Foi quando comecei a trabalhar como Intérprete de Libras do curso de Design Gráfico de uma faculdade particular. Essa também foi uma experiência marcante! Eu estava de volta a sala de aula, numa posição que não a de aluno e com uma visão de mundo bem mais apurada. Este emprego durou cerca de 1 ano e como em paralelo eu fazia interpretações em congressos e conferências e também cursava disciplinas sobre Educação Especial meu interesse pela área só aumentou.

Sobre a Libras, não sei datar ao certo quando me interessei por esta língua e seus falantes, mas lembro que um dia estava passando os canais da TV e vi uma janela no canto da tela com uma intérprete. Deixei lá e sem me preocupar com o conteúdo do programa fiquei assistindo até o fim, mesmo sem entender nada. Corri para internet e comecei a pesquisar sobre aquilo. Li alguns artigos, encontrei alguns desenhos e por fim achei um site do estado de São Paulo que prometia enviar um Dicionário digital pelo correio. Fiz meu cadastro e 18 dias depois chegou meu dicionário. Fiquei horas imitando o vídeo e tentando decorar os sinais.

Coincidentemente nesse mesmo período surgiu um grupo de surdos em minha igreja e logo me inscrevi para participar. Tivemos um curso de Libras e eu era um dos mais aplicados. Além de aprender os sinais comecei a procurar surdos e tentar falar com eles e também a me interar mais sobre esta comunidade. O grupo da igreja acabou, mas meu interesse não. Procurei outros ambientes e continuei me desenvolvendo.

Até que conheci, em outra igreja, Elcivanni Lima uma renomada intérprete de Brasília que estava finalizando seu Mestrado em análise do discurso. Ficamos amigos rapidamente e começamos a trabalhar no grupo dessa igreja. Conheci vários outros surdos, inclusive surdos Pós Graduados, o que era novidade para mim. Cresci muito em contato com a Elci e foi ela quem me indicou para os primeiros trabalhos profissionais, agradeço muito a Deus por tê-la colocado em meu caminho.

Com todo esse envolvimento com a Comunidade Surda e com a Língua de Sinais eu decidi fazer mais um projeto voltado para esta área. Procurei a professora Celeste Azulay, que já havia me dado aulas na disciplina O Educando com Necessidades Educacionais Especiais e participei do Projeto 3 intitulado Surdez e Linguagem na Educação Inclusiva. Este projeto me permitiu conhecer os diferentes ambientes linguísticos em que ocorre a educação de surdos no DF. Tive contato com uma escola exclusivamente oralista, um espaço educacional com sala especial só para surdos e professor com algum conhecimento em Libras e uma última instituição que se dizia incluída por ter em uma sala comum uma criança surda, mas sem nenhuma mudança.

Essa experiência me permitiu refletir sobre a educação de surdos e embasar mais meu posicionamento político-educacional sobre o assunto. As leituras e as discussões com o grupo foram primordiais para mim, principalmente por que neste momento meu envolvimento com a Comunidade Surda já era muito grande.

No semestre seguinte participei do projeto 3 em Classe Hospitalar e fui professor na ala de Cirurgia Pediátrica do Hospital Universitário de Brasília – HUB. Foi outra experiência transformadora para mim. O carinho das crianças e alegria delas ao sentirem-se como as outras crianças só porque também estavam estudando é muito gratificante.

Meus Projetos 4 foram com a professora Celeste mais uma vez. Na primeira fase fiz observações na Associação de Pais e Amigos do Deficiente Auditivo – APADA. Lá existe um projeto de ensino de Libras para surdos adultos que não foram alfabetizados. A história dos alunos é muito bonita e acompanhar os avanços deles é maravilhoso. Compreendi neste projeto a importância da linguagem para o ser humano e o poder transformador que ela tem.

Durante a segunda fase fui auxiliar de pesquisa de Linair Moura, mestranda, na época, da professora Celeste. Minha atividade principal foi fazer as transcrições dos vídeos dos alunos da APADA. Mais um grande desafio. Compreender uma língua que misturava gestos e sinais e que nem sempre se estruturava de forma coesa. Nessa fase conheci as ideias de Bakhtin e pude fazer um paralelo entre ele e Vigotsky.

Em 2009 comecei a trabalhar numa empresa de telefonia como vendedor do shopping de maior movimento de Brasília. Minha dedicação ao trabalho me custou algumas notas ruins e um atraso no curso, pois eu não podia pegar a quantidade de créditos exigida nos semestres.

Vi os amigos que entraram junto comigo se formarem e isso me desmotivou bastante. Não tinha vontade de ir às aulas, mas por respeito a meus pais aguentei firme. Entrei em condição e fiquei muito assustado! Como assim, passei 5 anos na universidade para não me formar?

Fui promovido a Gerente de Negócios em 2010 e novamente tive dificuldades com as aulas, mas estava determinado a acabar logo meu curso, conversei com meus gestores e flexibilizei meu horário para dar conta de tudo. A empresa em que trabalho realmente me apoiou muito nesse período.

O ano de 2011 é decisivo para mim! Fui promovido novamente, agora ao cargo mais alto dentro de Loja e estou finalizando minha graduação. Fico feliz por ver que caminhei por longos e tortuosos caminhos, mas estou chegando ao fim desta jornada. Sei que uma nova caminhada começará, mas estou preparado!

PARTE II

MONOGRAFIA

INTRODUÇÃO

Meu interesse pela Língua de Sinais começou quando eu ainda estava cursando o ensino médio em 2003. Até encontrar um grupo de surdos fui autodidata, pesquisando apostilas e vídeos na internet. Entrei para um grupo de surdos de uma igreja evangélica. Até então a Libras era somente um hobby. Gostava de fazer sinais de músicas e de soletrar palavras.

Em 2004 conheci a Mestre em Linguística Elcivanni Lima em outra instituição religiosa e comecei a participar do grupo de surdos dessa instituição. Nesse grupo tive contato com vários surdos e a partir deste contato, comecei a conhecer a comunidade surda. Em 2005 entrei para a universidade para cursar Pedagogia, mas não sabia ao certo se queria me dedicar a educação infantil.

Meu primeiro trabalho como intérprete foi por indicação da Elcivanni. Interpretei um congresso nacional com surdos de diversos estados e com uma equipe de intérpretes de mais de 20 profissionais. Conheci nesse evento meus primeiros amigos da área, Marcos Brito e Fabiane Elias Pagy.

Elcivanni foi a responsável por me mostrar que ser intérprete de Libras podia ser uma profissão e mais, que eu como ingressante no curso de pedagogia podia aprofundar meus estudos na área. Comecei a buscar disciplinas que me proporcionassem conhecimentos sobre Educação Especial e sobre a surdez.

Na universidade tive a oportunidade de atuar em projetos de educação de surdos e me interessei cada vez mais pela área. Em 2007, já estava trabalhando como intérprete em uma faculdade particular do DF e fiz o Exame Nacional de Proficiência em Libras – PROLIBRAS e conquistei meu certificado proficiência em tradução e interpretação. Foi nesse momento que despertei para as questões políticas que permeavam a língua de sinais.

Busquei conhecer mais sobre a Lei de Libras, sobre cultura e identidade surda e sobre História da Educação de surdos. Fiz várias leituras e participei de discussões sobre o tema tanto na universidade como em grupos de discussão na internet.

Meu interesse pela disciplina Libras surgiu ao descobrir que ela era obrigatória para o curso de Pedagogia e saber que o currículo do meu curso não previa a disciplina. Procurei informações e descobri o Departamento de Línguas da Universidade oferecia a disciplina. Fiz a matéria com professor surdo, mesmo já falando a língua por que acreditava que seria importante em meu currículo acadêmico.

Como aluno da disciplina Libras percebi que os alunos da turma não se interessavam pela disciplina e não se dedicavam por ela. Eles escolheram a disciplina para ganhar os créditos que ela concedia ou por acharem que seria uma disciplina fácil. Essa constatação me incomodou.

Fui monitor da disciplina Tópicos Especiais em Prática Pedagógica – LIBRAS oferecida pela Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, uma disciplina que foi criada para suprir a necessidade dos alunos que precisavam fazer a disciplina – obrigatória em seus currículos, mas que não conseguiam vagas na disciplina oferecida pelo Departamento de Línguas.

Percebi nesse grupo uma postura diferente dos alunos que estudaram comigo. Intrigou-me em tão pouco tempo o perfil dos alunos mudar tanto – fui monitor 1 ano após fazer a disciplina. Meu interesse pela configuração da disciplina aumentou e, chegado o momento de concluir meu curso propus à professora Edeilce Buzar o tema.

Refletimos bastante sobre como trabalhar a disciplina Libras e optamos pelo olhar discente. Essa escolha se deu pela necessidade de compreender o que os alunos da disciplina pensavam sobre este curso e como eles acreditavam que essa disciplina poderia refletir em sua formação profissional.

Partindo desse ensejo definimos que a pesquisa teria como objetivo geral analisar a concepção dos discentes de instituições de ensino superior sobre a disciplina Libras e como ela pode repercutir na formação profissional dos discentes do Ensino Superior do Distrito Federal.

Para tanto optamos por delinear o perfil dos alunos da disciplina e averiguar como estes alunos têm concebido os aspectos formativos da disciplina, como carga horária, conteúdos abordados e influências do professor ouvinte ou surdo. E ainda, como esses discentes tem arquitetado os aspectos formadores compreendidos como os motivos para cursar a disciplina, as intenções da instituição superior em implementar a disciplina e as perspectivas profissionais proporcionadas pela disciplina.

Desenvolvemos a pesquisa com base na perspectiva sócio-antropológica da surdez, que entende a surdez como uma diferença cultural, considerando os surdos como sujeitos com uma língua diferente, cultura e identidades próprias.

Nossa base metodológica seguir os princípios quanti-quali, por acreditarmos que a base quantitativa pode nos apresentar questões importantes por reunir características comuns do grupo pesquisado enquanto a base qualitativa nos permita aprofundar sistematicamente, aspectos relevantes dos sujeitos sobre o tema.

O trabalho está organizado em três partes divididas em seis capítulos. A primeira parte compreende a fundamentação teórica dividida em três capítulos, a saber: O sujeito surdo, A Língua de Sinais e a Libras no Ensino Superior. A segunda parte apresenta a metodologia utilizada e a última parte detém a apresentação e discussão dos resultados além das considerações finais sobre a pesquisa.

A fundamentação teórica deste trabalho constitui-se entendendo que para falar sobre a disciplina libras é preciso primeiramente apresentar o sujeito a que ela se destina que são os surdos, dessa forma o primeiro capítulo apresenta as perspectivas históricas

pelas quais os surdos foram vistos esclarecendo o leitor sobre a escolha da teoria socio-antropológica para este estudo.

O segundo capítulo faz uma revisão sobre a história das línguas de sinais e apresenta de forma resumida os aspectos lingüísticos concernentes a esta língua. São abordados aspectos morfológicos, fonológicos e sintáticos da língua de sinais brasileira, que é objeto desse estudo na forma de disciplina acadêmica.

O terceiro capítulo apresenta ao leitor a discussão política a cerca da Libras como disciplina. Fazemos um resgate da luta pelo reconhecimento lingüístico da Libras e apontamos os avanços legais e as pesquisas mais recentes sobre a disciplina Libras no ensino superior.

Entendemos que a disposição dos capítulos prepara o leitor para um diálogo rico sobre a configuração da disciplina no ensino superior do DF por permitir que ele compreenda quem são os falantes da língua, quais são os aspectos lingüísticos dessa língua e qual a discussão política acerca da implementação dessa língua no ensino superior brasileiro, subsidiando as análises dos reflexos dessa disciplina para os discentes.

A metodologia é apresentada com intuito de esclarecer o caráter exploratório desse estudo, visto que são poucos os estudos que se prestam a analisar a Libras como disciplina. Dessa forma apresentamos os caminhos utilizados para escolha dos participantes, preparação dos instrumentos e coleta dos dados.

Os resultados foram organizados em três dimensões para dar maior organicidade aos dados e fornecer apoio à discussão dos dados. A primeira dimensão apresenta os dados demográficos e permite identificar o perfil dos alunos da disciplina Libras. A segunda dimensão compreende dados de ordem técnica como carga horária, perfil do professor e abordagem de conteúdos, permitindo uma compreensão de como os alunos compreendem esses aspectos da disciplina. A terceira dimensão apresenta os aspectos formadores, que dizem respeito aos motivos de escolha da disciplina, aos reflexos profissionais que ela pode apresentar e aos fatores relevantes para implementação da disciplina pela IES.

Os dados permitiram observar que as IES do DF ofertam a disciplina em nível básico, o que gera diferencial na formação dos alunos, mas não oferece oportunidades de aprofundamento de seus discentes nos temas concernentes à Libras e à Educação de Surdos. Constatamos que o maior motivador para os alunos cursarem a disciplina são de ordem pessoal, apresentando uma abertura da comunidade ouvinte para os temas da surdez e demonstrando também interesse e curiosidade dos alunos por uma língua de modalidade visuo-espacial, diferente da sua língua que é oral.

Consideramos que as Instituições ao oferecer a disciplina Libras permita um exercício de alteridade e empatia importante para construção de uma sociedade mais humana. A

disciplina pode contribuir de forma positiva na formação de seus alunos e ajudar a formar profissionais mais preparados para uma sociedade mais inclusiva.

CAPÍTULO 1. O SUJEITO SURDO

Para abordar aspectos que envolvam a Língua Brasileira de Sinais – Libras faz-se necessário compreender quem são os usuários dessa língua e quais as questões relevantes acerca destes indivíduos.

O decreto 5.626/05, em seu artigo 2º compreende que surdos são os indivíduos que: por ter perda auditiva compreendem e interagem com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras. Além disso, o decreto aponta que a deficiência auditiva é considerada para perdas auditivas de 41 decibéis (dB) ou mais. (Brasil, 2005)

Analisando a concepção apresentada pelo decreto podemos perceber duas questões importantes sobre a perspectiva da surdez: Ao reconhecer que os surdos interagem com o mundo por experiências visuais e manifestam sua cultura através da Libras, notamos uma inclinação para além da deficiência, que considera o surdo como sujeito ativo e participante da sociedade independente de sua condição sensorial ressaltando a diferença linguística e cultural e não a deficiência; Já ao abordar o conceito clínico da deficiência, nota-se a tendência de se justificar as diferenças dos surdos por meio do “defeito físico” existente.

A seguir apresentaremos aspectos relevantes sobre as perspectiva clínica e a perspectiva sócio-antropológica da surdez para que se possa compreender melhor o posicionamento adotado durante todo o trabalho.

1.1. Perspectiva clínica da surdez

De acordo com a perspectiva clínica da surdez, o surdo é visto como o indivíduo com uma deficiência física, necessitando de intervenções médicas para se tornar “normal”.

Oliveira, Castro e Ribeiro (2002) discorrem que a surdez pode ser classificada quanto ao grau, ao momento de aparecimento e ao nível de lesão.

No que diz respeito ao grau os autores relatam cinco classificações que vão de ligeira à total, de acordo com o quadro abaixo:

| Graus da surdez Infantil | Perda(dB) | |
|-------------------------------------|-----------|-----------|
| Deficiência auditiva ligeira | 21 a 40 | |
| Deficiência auditiva moderada | 1º grau | 41 a 55 |
| | 2º grau | 56 a 70 |
| Deficiência auditiva severa | 1º grau | 71 a 80 |
| | 2º grau | 81 a 90 |
| Deficiência auditiva profunda | 1º grau | 91 a 100 |
| | 2º grau | 101 a 110 |
| Deficiência auditiva total - cofose | >120 | |

Quadro 1 - (Classificação da Surdez Infantil quanto o seu grau, Oliveira, Castro e Ribeiro, 2002.418)

Quanto ao momento de aparecimento, a surdez pode ocorrer em três estágios:

- Pré-lingual: quando a surdez ocorre antes do desenvolvimento da linguagem e do aprendizado da leitura. Neste caso a criança não conta com memória auditiva alguma, o que para os autores, torna a estruturação da linguagem extremamente difícil (Oliveira, Castro e Ribeiro 2002 p.418)
- Peri - lingual: ocorre quando a criança fala, mas não sabe ler. Neste caso, se não houver intervenção e acompanhamento, pode suscitar a rápida degradação da linguagem.
- Pós-lingual: decorrente em crianças que tem estágios de fala e leitura avançados. As crianças nessa situação geralmente não apresentam regressões de linguagem significativas pelo suporte dado pela leitura.

No que diz respeito ao tipo de lesão a surdez pode ser de Transmissão, caracterizada por perdas leves ou moderadas decorrentes de lesões no ouvido médio, ou de Percepção, geralmente causada por lesão coclear ou retro-coclear. A surdez de

percepção pode ainda ser subdividida em genética e não genética, sendo a primeira devido à má formação fetal como as anômalas craniofaciais e a hiperbilirrubinemia; e a segunda devido a doenças como meningite, rubéola, toxoplasmose e outras doenças metabólicas.

Sobre a perspectiva clínica da surdez, Gesser alerta:

A surdez como deficiência pertence a uma narrativa assimétrica de poder e saber; uma “invenção/produção” do grupo hegemônico que, em termos sociais, históricos e políticos, nada tem a ver com a forma como o grupo se vê ou se apresenta. (Gesser, 2009, p.67)

Corroborando com as idéias da autora, acreditamos que a surdez está para além do não ouvir. Ser surdo não é apenas não ouvir, mas como apresentado anteriormente, experimentar o mundo de forma visual. Nesse sentido é que se constrói um novo olhar sobre a surdez.

1.2. Perspectiva sócio-antropológica da surdez

Este novo olhar pretende não considerar como fator primário para o quesito biológico do surdo, mas dá importância primeiramente para os fatores psico-sociais que permeiam este sujeito. Para Lopes, a surdez é um primeiro traço de identidade, e não somente uma materialidade sobre a qual apenas discursos médicos se inscrevem (2007 p. 15-16).

Ao tratar o surdo como sujeito cultural, compreendendo que a surdez é sim um traço dessa diferença, mas não considerá-la pelo viés de *déficit* ou falta, e sim de que foi por conta dessa diferença que os indivíduos desenvolveram uma língua e com essa língua uma cultura, deixamos transparecer um olhar sensível e diferenciado sobre a comunidade surda.

A visão ouvintista, definida por Skliar, (1998, p.15) como: “um conjunto de representações dos ouvintes, a partir do qual o surdo está obrigado a olhar-se e narrar-se como se fosse ouvinte”, ainda tem peso na sociedade pela falta de conhecimento dos ouvintes sobre o que é ser surdo e como esta cultura se manifesta. Contudo, muito já se discute e já existem notáveis avanços na relação surdo-ouvinte que podem ser notados na atualidade.

Hoje os surdos contam com um aporte legal que viabiliza a difusão e o uso de sua língua, também existem movimentos sociais e culturais promovidos por entidades e grupos da sociedade civil. Há projetos educacionais e diretrizes sobre a educação dos

surdos. Entretanto vale ressaltar que estes não são prêmios ou presentes que a sociedade majoritária, ouvinte, concedeu a comunidade surda brasileira. Estes projetos e leis são expressão de luta do próprio povo surdo.

A Libras hoje é obrigatória como disciplina do ensino superior para os cursos de formação para o magistérios, mas há muito já existem em associações de surdo o ensino dessa língua.

Fernandes (1998) exemplifica o processo de legitimação dos surdos:

Resistindo às pressões da concepção etnocêntrica dos ouvintes, organizou-se em todo o mundo e levantou bandeiras em defesa de uma língua e cultura próprias, voltando a protagonizar sua história. A princípio, as mudanças iniciais vêm sendo percebidas no espaço educacional, através de alternativas metodológicas que transformam em realidade o direito do surdo de ser educado em sua língua natural. (p.21)

Neste sentido, a organização dos surdos demonstra a complexidade com que estes indivíduos se apresentam socialmente, se movimentando para esclarecer à sociedade quem são.

Silva (2008), ao discutir o ser surdo num contexto de educação bilíngue utiliza-se da concepção de Perlin (2003) sobre o tema, considerando o ser surdo uma constituição do indivíduo sobre si mesmo resultado de um processo complexo no qual se entrelaçam os discursos e verdades sobre o sujeito e componentes de seu comportamento, além de sua própria interioridade. Essa concepção afasta-se da ideia de que a língua é o fator primordial para a constituição da identidade e da cultura surda, mas reconhece o valor que ela tem para esta constituição.

Pensando ainda no complexo que é ser surdo, levantamos a importância de, para compreender o surdo contemporâneo, entender como este foi representado ao longo da história.

1.2.1 Ser surdo ao longo da história

Desde a Antiguidade existem surdos, na verdade podem ter existido surdos antes mesmo desse período, contudo não se pode afirmar por falta de registros históricos. Os antigos acreditavam que as crianças que nasciam com algum defeito tinham sido castigadas pelos Deuses e para purificar suas almas precisavam ser sacrificadas. “ Em Atenas e Esparta soldados feridos em batalhas e seus familiares recebiam assistências, entre as quais, alimentícia. Em Esparta, os surdos mudos eram

jogados do alto do Monte Taygetos. Já em Atenas, eles eram sacrificados ou abandonados à sua própria sorte”. (BITTENCOURT, 2005 p.20)

Os surdos eram considerados seres incapazes e muitas vezes foram deixados de lado pela sociedade.

A partir do século XVI a sociedade começa a olhar o surdo de forma diferente. Famílias abastadas, para garantir seu legado, contratavam mestres para ensinar as crianças a falar, ler e escrever.

O monge espanhol Pedro Ponce de Leon recebeu a missão de ensinar surdos filhos de nobres a falar e conhecer as ciências para que eles pudessem ter direito aos bens das respectivas famílias. Ele desenvolveu um método que combinava datilologia – representação manual das letras do alfabeto, escrita e oralidade.

Outro ícone da história dos surdos é o abade francês Charles Michel de L’Epée, responsável por criar os “sinais metódicos”, combinado a língua de sinais aprendida com crianças surdas e a gramática francesa. Essa pode ser considerada a primeira estratégia de formalização da língua.

L’Epée acreditava e defendia que todos os surdos deveriam ter acesso a educação de forma pública e gratuita e transformou sua própria casa em escola. As idéias deste francês ganharam força e a sociedade da época passou a reconhecer os surdos como pessoas.

Os surdos passam a se manifestar socialmente e demonstrar aos ouvintes que eram tão capazes como eles.

Goldfeld (2002) acredita que o século XVIII foi em caráter educacional, o mais produtivo para os surdos. Nesse período o número de escolas para surdos teve um crescimento expressivo e os surdos começaram a conquistar posições de destaque na sociedade. Os surdos, antes considerados incapazes mostram que poderiam ser médicos, engenheiros, escritores e o que mais lhes fosse interessante.

Já o século XIX se destaca com uma das maiores dicotomias da história dos surdos. Em seus primeiros 50 anos a língua de sinais atravessa o oceano e chega aos

Estados Unidos pelas mãos do professor Thomas Hopkins Gallaudet, que fundou a primeira escola permanente para surdos no país.

A escola de Gallaudet utilizava como método de comunicação uma combinação da língua de sinais francesa adaptada para o inglês que logo se configuraria como a *American Sign Language* – ASL, ou língua de sinais americana.

Rapidamente essa língua foi difundida e passou a ser utilizada em todas as escolas americanas, se popularizando cada vez mais. Os surdos que a utilizavam, assim como aconteceu na Europa foram ganhando destaque na sociedade americana e atuando cada vez mais em favor do fortalecimento da comunidade surda. A língua permitia aos surdos uma atuação política mais firme.

Em 1864 é fundada a primeira universidade para surdos, o que teve um caráter revolucionário nos Estados Unidos tornando-se um espaço de discussões intelectuais e preparação política dos surdos. Entretanto, na mesma época as tecnologias avançaram bastante na área da surdez favorecendo as terapias de fala e os aparelhos auditivos.

Já nos anos final do século XIX os profissionais da educação de surdos de todo o mundo se reuniram em Milão e decidiram que não utilizariam mais usar as línguas de sinais para a educação de surdos.

Essa decisão, que não contou com a participação dos maiores interessados, os surdos, trouxe prejuízos enormes para a comunidade surda. Ter sua língua negada e proibida foi um grande golpe para os surdos. Eles continuavam frequentando as escolas, passavam por métodos oralistas, que tinham o objetivo de ensinar os surdos a falar, mas continuaram mantendo sua língua, a língua de sinais, viva, mesmo que de forma clandestina.

Somente em 1960, quase 100 anos após o Congresso de Milão a língua de sinais foi reconhecida como língua pelos estudos de Stokoe (Ver Capítulo 3). A língua de sinais volta a ter foco e passa a ser estudada ainda mais sistematicamente como língua. Os movimentos surdos se fortalecem e ganham espaço na sociedade novamente.

Atualmente os surdos demonstram cada vez mais força social e engajamento político em busca de seus direitos e afirmação de sua língua. Mesmo existindo adeptos

da concepção clínica da surdez, os aspectos sócio-antropológicos desse povo tem se sobressaído em todo o mundo.

1.2.2 Ser surdo no Brasil

Os movimentos de afirmação de cultura e identidade surda no Brasil acompanharam as manifestações mundiais embora tenham se configurado com certas peculiaridades.

Em 1855 o professor surdo Hernest Huet foi trazido ao país por Dom Pedro II e fundou o Imperial Instituto dos Surdos-mudos. Huet trabalhava com a língua de sinais e o instituto oferecia educação primária e ginásial, além de cursos extracurriculares para o mercado de trabalho, especialmente para o campo.

Seguindo uma tendência natural na época, somente homens podiam estudar no Instituto, que anos mais tarde teria seu nome alterado para Instituto Nacional de Educação dos Surdos – INES. Contudo, após alguns anos as mulheres surdas puderam também se matricular.

Em 1911, ano em que chegaram ao país as resoluções do Congresso de Milão, o INES adequou suas técnicas de ensino às exigências mundiais e destituiu a língua de sinais, estabelecendo o oralismo como filosofia de ensino. Contudo, a língua de sinais continuou a ser usada não oficialmente até 1957, quando a direção do colégio proibiu definitivamente a língua de sinais em sala de aula.

Embora proibida em sala de aula, a língua de sinais continuava sendo utilizada pelos alunos nos pátios e corredores do INES, fato que não permitiu que a língua perdesse força.

Os surdos brasileiros se organizaram em 1959 para a criação da Federação Carioca de Surdos-Mudos, hoje denominada Federação Desportiva de Surdos do Rio de Janeiro. Essa federação surgiu para sistematizar as competições que haviam entre os surdos do INES e alunos ouvintes da Faculdade de Educação Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

O Rio de Janeiro, por ter sido capital do país durante anos e por ser a sede do INES tem grande importância na história dos surdos brasileiros. Foi no estado que ex-

alunos do INES criaram a FENEIDA – Federação Nacional de Educação e Integração do Deficiente Auditivo, que posteriormente se configuraria na Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – FENEIS.

A FENEIS surgiu com caráter estritamente político. Sobre a criação da Federação, Ramos (2004a) destaca:

A FENEIS, desde sua fundação, demonstra ter plena consciência do papel que quer desempenhar na sociedade e exige da mesma sua aceitação. Acredito que, por ter sido originada de uma entidade de ouvintes, a FENEIS já tenha iniciado suas atividades com a experiência obtida com os desacertos e contatos efetivados pela **FENEIDA**. Ao contrário do que pode parecer à primeira vista, o fato de a FENEIS ter sido “fruto” da **FENEIDA** lhe trouxe mais ganhos que perdas.

O breve relato histórico apresentado ilustra a movimentação dos surdos politicamente dentro da sociedade brasileira. Essa movimentação afirma a atuação desses sujeitos como atores sociais importantes em suas comunidades e, claro, na sociedade brasileira como um todo.

Atualmente, os surdos lutam por uma educação de qualidade, o que se traduziria no direito de serem educados em sua própria língua. Nos dias 19 e 20 de maio, por exemplo, surdos de todo o Brasil se locomoveram para a capital federal em uma grande mobilização em favor de uma Educação Bilíngue que privilegie a Língua de Sinais e tenha o Português como segunda Língua.

Os surdos participaram de reuniões com o Ministro da Educação, em plenária no Senado Federal e fizeram uma grande passeata pela Esplanada dos Ministérios exigindo que seus direitos educacionais fossem assegurados.

São exemplos como estes que confirmam o posicionamento dos surdos como sujeitos de sua própria história, detentores de cultura própria e de uma língua diferente da majoritária.

A partir de agora assumimos neste trabalho a perspectiva sócio-antropológica da surdez acreditando que ser surdo é mais que não poder ouvir é ser um povo com língua e cultura própria. As discussões e as informações presentes demonstrarão a linha teórica seguida pelo autor, que acredita que a surdez não seja uma deficiência, mas sim uma diferença cultural.

CAPÍTULO 2 - LÍNGUA DE SINAIS

Como sinalizado no capítulo anterior, a língua de sinais era utilizada por surdos em todo o mundo, mas não estava sistematizada e não era reconhecida como língua.

Em 1644, o britânico, J. Bulwer escreveu o primeiro livro em inglês sobre a língua de sinais, *Chirologia*, no qual declara que a língua de sinais tinha caráter universal. Quatro anos mais tarde Bulwer publicou *Philocopus*, no qual apresenta a capacidade da língua de sinais expressar os mesmos conceitos da língua oral.

No século XVIII na França foi criada a primeira escola para surdos e com ela a primeira sistematização da língua de sinais francesa. Posteriormente essa sistematização é adaptada e inserida nas comunidades surda americanas.

Em 1880 o Congresso de Milão proibiu a utilização das línguas de sinais no ambiente escolar, mas a língua persistiu, mesmo que marginalizada e foi se desenvolvendo no discurso e no cotidiano dos surdos.

Na década de 1960 foi atribuído as Línguas de Sinais o status de língua, uma língua natural assim como as línguas orais. Entretanto ainda nos deparamos com movimentos e lutas de afirmação dessa Língua.

O discurso da sociedade persiste em denominar de gestos ou linguagem, esse sistema complexo de modalidade viso-espacial utilizado pela comunidade surda para se comunicar e expressar sua cultura.

Segundo Quadros & Karnopp (2004), Stokoe evidenciou em 1960, com seus primeiros estudos descritivos sobre a Língua de Sinais Americana – ASL, que a língua de sinais cumpria todos os requisitos linguísticos, sendo eles léxicos, sintáticos ou pragmáticos. “Stokoe observou que os sinais não eram imagens, mas símbolos abstratos complexos, com uma complexa estrutura interior. Ele foi o primeiro, portanto, a procurar uma estrutura, a analisar os sinais, dissecá-los e a pesquisar suas partes constituintes”. (QUADROS & KARNOPP 2004, p.30)

Foi a partir da percepção de que os sinais tinham uma estrutura interna e pela pesquisa sobre esta estrutura que Stokoe identificou três partes independentes: localização, configuração de mão e movimento, que serão detalhadas no item 2.1 Fonologia.

Partindo da descoberta de Stokoe, outras pesquisas foram realizadas, a grande maioria delas com a ASL. Esses estudos, segundo Quadros & Karnopp (2004)

demonstram a riqueza de combinações entre elementos formais que possibilitam a ampliação do vocabulário básico da língua.

Mesmo quando convencida que a língua de sinais é realmente uma língua, uma parcela dessa sociedade se questiona por que ela não é universal, por que os surdos do mundo inteiro não usam a mesma língua? A resposta a essa pergunta é outra pergunta, com o intuito de provocar uma reflexão imediata: Por que também, nós ouvintes, não falamos uma única língua no mundo todo?

As línguas sejam elas orais ou de sinais são construções históricas, geográficas e culturais. Quadros (1997) chega a dizer que esta concepção é absurda já que cada país tem sua própria língua de sinais assim como sua própria língua oral.

Cabe esclarecer que a linguística reconhece a língua de sinais como um sistema linguístico legítimo carregado de elementos que lhe atribui caráter específico possibilitando, a partir de regras finitas a construção infinita de enunciados.

A principal diferença entre línguas orais e línguas de sinais é a modalidade, ou seja, a forma de expressar essa língua. As línguas de sinais são expressas no meio espacial e percebidas pelo canal visual. Essa diferença se destaca ainda mais quando apresenta a questão da arbitrariedade do signo linguístico, ou seja, quando a relação entre o significante e o significado é arbitrária.

É inegável a existência da arbitrariedade¹ na língua de sinais, mesmo havendo uma forte motivação de ordem icônica². Como os significantes da língua de sinais podem ser articulados visualmente, a representação icônica se desenvolve com facilidade. Isso significa que, por vezes o significante pode representar a imagem de seu referente.

Outra importante diferença entre as línguas orais e de sinais é a simultaneidade de categorias. Este aspecto se manifesta muito mais produtivo nas línguas de sinais, diferente das línguas orais, nas quais predomina a sequencialidade. Línguas de sinais utilizam expressões não-manuais, tais como expressão facial e movimento corporal em

¹ Esse conceito estabelece que, na constituição do signo linguístico, a relação entre o significante (imagem acústica/fônica) e o significado é arbitrária, isto é, não existe nada na forma do significante que seja motivado pelas propriedades da substância do conteúdo (significado). (SALLES, 2002, p.83)

² Na modalidade visuo-espacial, a articulação das unidades da substância gestual (significante) permite a representação icônica de traços semânticos do referente (significado), o que explica que muitos sinais reproduzam imagens do referente. (SALLES, 2002, p.83)

sincronia com os sinais, enquanto línguas orais utilizam a modulação vocal (entonação e intensidade).

No contraste entre as línguas é mister atentar-se a importância dos universais linguísticos, características encontradas em todas as línguas, sejam elas orais ou de sinais, que associam constitutivos sociolinguísticos e funções pragmáticas. Sobre este tema a sistematização proposta por Fromkin & Rodman apud Salles (2007 p. 85-94), dos universais linguísticos determina maior consenso entre línguas de sinais e línguas orais:

- Onde houver seres humanos, haverá língua(s);
- Não há línguas primitivas – todas as línguas são igualmente complexas e igualmente capazes de expressar qualquer ideia. O vocabulário de qualquer língua pode ser expandido a fim de incluir novas palavras para expressar novos conceitos;
 - Todas as línguas mudam ao longo do tempo;
 - As relações entre sons e significados das línguas orais e entre os gestos (sinais) das línguas de sinais são em sua maioria arbitrários;
 - Todas as línguas humanas utilizam um conjunto finito de sons discretos (ou gestos) que são combinados para formar elementos significativos ou palavras, os quais por sua vez formam um conjunto infinito de sentenças possíveis. Todas as gramáticas contêm regras de um tipo semelhante para a formação de palavras e sentenças.
 - Toda língua falada tem uma classe de vogais e uma classe de consoantes. Línguas de sinais apresentam segmentos discretos na composição dos sinais
 - Todas as línguas apresentam categorias gramaticais
 - Universais semânticos, como fêmea ou macho, animado ou humano são encontrados em todas as línguas
 - Todas as línguas possuem formas de indicar tempo passado, negação, pergunta, comando, etc.
 - Falantes de todas as línguas são capazes de produzir e compreender um conjunto infinito de sentenças.
 - Qualquer criança normal, nascida em qualquer lugar do mundo, de qualquer origem racial, geográfica, social ou econômica é capaz de aprender qualquer língua à qual é exposta.

Entendendo, mediante o panorama apresentado, que as línguas de sinais têm seu status linguístico assegurado, podemos nos ater a compreender como se estrutura a língua de sinais brasileira – Libras.

2.1 Língua Brasileira de Sinais – Libras

A Libras é a língua de sinais utilizada pela comunidade surda brasileira, regulamentada pela Lei 10.436/02 e pelo decreto 5.626/05. Diferente do que se pensa a

Libras não é uma representação gestual do português. Ela tem forte influência da língua de sinais francesa trazida ao país, como dito no capítulo anterior, pelo francês Huet.

Ramos (2004b) salienta que o documento mais importante encontrado até hoje sobre a Língua de Sinais Brasileira foi escrito em 1873 por Flausino José da Gama, o trabalho, intitulado *Iconographia dos Signaes dos Surdos-Mudos* trazia ilustrações dos sinais separadas por categorias e é considerado o primeiro dicionário da Libras.

Em 1911 o uso da Libras foi proibido seguindo as orientações educacionais estabelecidas pelo Congresso de Milão em 1880. Entretanto a Libras encontrou em grupos isolados a força para se manter viva entre os surdos.

O Brasil proibiu a Libras como meio de comunicação dos surdos até 1980, quando inspirados por Stokoe estudiosos brasileiros publicaram trabalhos atestando a Libras como língua. Sobre estes trabalhos destacam-se nomes como Tanya Amara Felipe (1989) e Lucinda Ferreira Brito (1990; 1995) que dedicaram-se a estudar em níveis fonológicos, morfológicos e sintáticos a Língua de Sinais Brasileira. Sobre as pesquisas Quadros & Stumpf (2009) destacam:

As pesquisas da língua brasileira de sinais têm trazido uma série de evidências quanto ao seu estatuto lingüístico (FERREIRA-BRITO, 1997; QUADROS, 1997; QUADROS; KARNOPP, 2004). Os lingüistas do mundo inteiro, inclusive do Brasil, reconhecem as línguas de sinais de diferentes países como línguas naturais, no sentido lingüístico, ou seja, línguas que apresentam as propriedades das línguas humanas. (p170)

Com os avanços das pesquisas e sua divulgação, começaram também movimentos de afirmação da cultura surda. E em 2002, após grandes discussões e embates políticos o governo brasileiro finalmente concedeu à Libras o *status* de língua através da lei nº 10.436/02. Entretanto a comunidade surda continuou atuante e empoderada e em 2005 o Estado aprovou o decreto nº 5.626 que dá providências sobre o uso e difusão dessa língua, compreendendo que ela é de fundamental importância para a cultura surda (ver Capítulo 3).

Foi instituído no Brasil em 2006 o primeiro curso superior de Licenciatura em Letras/Libras. O intuito do curso é formar profissionais para atuar como professores de Língua de Sinais. “A primeira turma foi composta por 500 estudantes sendo somente 53 ouvintes, o que torna o surdo como protagonista de ações educativas” (QUADROS & STUMPF, 2009 p,171).

O curso, na modalidade à distância, permite que surdos de todo o Brasil interajam e troquem conhecimentos. Para esta modalidade foi desenvolvido um ambiente virtual com atividades, textos em Libras, fóruns e e-mails, o que favorece a perspectiva bilingue.

A iniciativa da criação deste curso apresenta um avanço significativo para o campo linguístico, possibilitando que seus alunos desenvolvam pesquisas e até se empenhem na continuação de seus estudos em níveis superiores aos da graduação, o que possivelmente ampliará a qualidade das pesquisas linguísticas sobre a Libras.

Espera-se, através do desenrolar deste curso, que se inicie um processo intelectual maior no contexto nacional, e que sejam possibilitadas ainda mais criações que colaborem para a inserção social do surdo. Enfim, pode-se concluir que o campo de pesquisa que se abre dentro do Curso de Letras Libras, incluindo o ambiente virtual, a tradução dos materiais para Libras, a produção de vídeos para o ambiente e para os DVDs do curso Letras Libras e as videoconferências, é cada vez mais amplo, graças aos resultados obtidos e à possibilidade de ter uma resposta imediata dos usuários do ambiente, os próprios surdos. Dessa forma, constrói-se um curso “surdo” visto e revisto pelos próprios surdos.

Compreendendo o processo histórico que permeia o reconhecimento da Língua de Sinais Brasileira como língua, podemos focar nos aspectos lingüísticos a cerca dessa língua.

Neste sentido, corroboramos da ideia de Quadros & Karnopp (2004), de que em termos linguísticos a Libras se constitui por um léxico – conjunto de símbolos convencionais e uma gramática – sistema de regras para o uso desses símbolos. Vejamos então algumas características estruturais importantes da Língua de Sinais Brasileira:

2.1 Fonologia

Os primeiros estudos sobre a estrutura das línguas de sinais ocorreram nos anos de 1960 e 1970, época em que Willian Stokoe publicou seus primeiros estudos descritivos sobre a Língua de Sinais Americana, nos quais identificou o nível fonológico dessa língua.

“Fonologia das línguas de sinais é o ramo da linguística que objetiva identificar a estrutura e a organização dos constituintes fonológicos, propondo modelos descritivos e explanatórios”. (Quadros e Karnopp, 2004, p.47)

Conforme Gesser (2009), Stokoe definiu, em nível fonológico, três parâmetros que constituem os sinais:

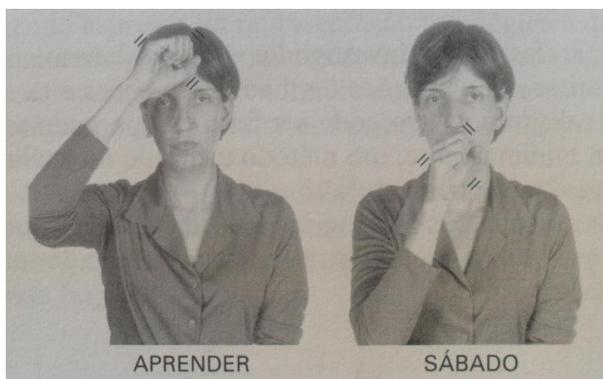
1. Configuração de mãos (CM)
2. Ponto de articulação (PA)
3. Movimento (M)

Gesser (2009) salienta que outro parâmetro foi identificado a partir dos estudos mais aprofundados de Battinson (1979) e Klima & Bellugi (1979). Através de pesquisas fonológicas eles constataram que sinais com mesma configuração de mão, ponto de articulação e movimento poderiam variar de acordo com a *orientação da mão* (O).

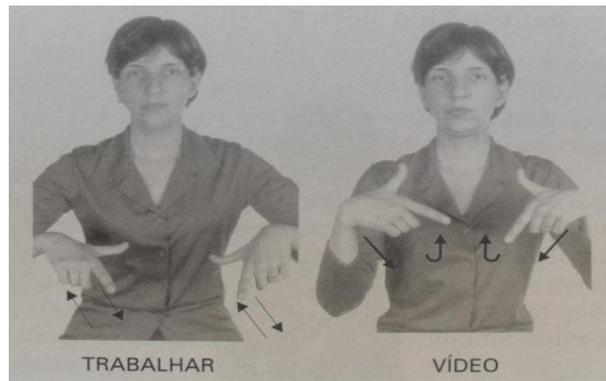
A Libras ainda conta com um quinto parâmetro, que são as expressões não-manuais, utilizadas durante a execução dos sinais para diferenciar itens lexicais ou marcar construções sintáticas

Cabe atentar que a alteração de um dos parâmetros apresentados pode, de forma contrastiva, apresentar um significado diferente, determinando os pares mínimos da Libras.

Sinais opostos quanto à Locação



Sinais opostos quanto ao movimento



Sinais opostos quanto à configuração de mão



Figura 1. Pares mínimos da Libras (Quadros & Karnopp, 2004, p.52)

Configuração de mão (CM)

É a forma assumida pela mão ativa ou dominante, usualmente a direita para os destros e esquerda para os canhotos, ou pelas duas mãos do sinalizador.

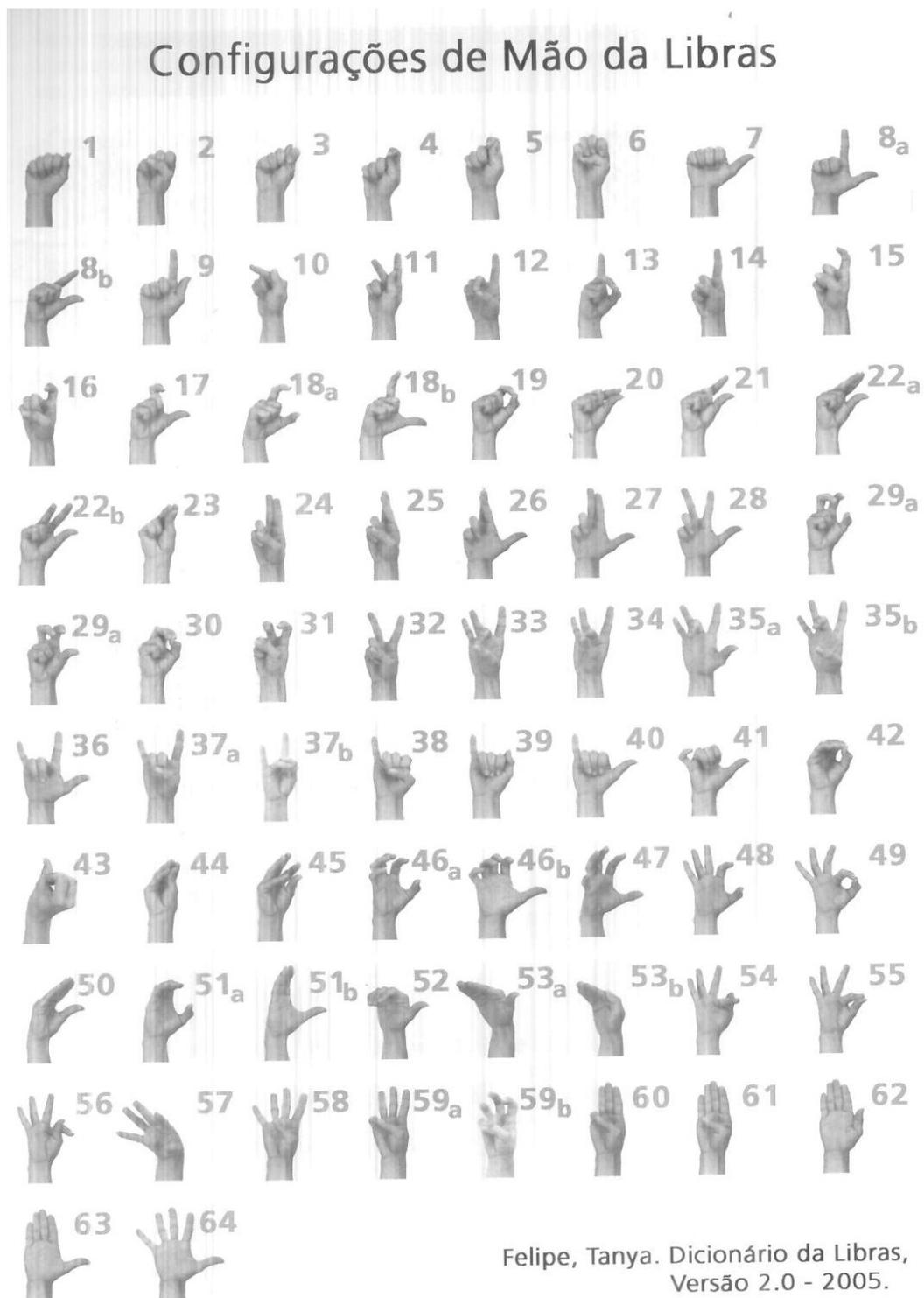


Figura 2. Configuração de Mão (Felipe 2009 p.28)

Ponto de Articulação (PA)

É o lugar em que incide a mão ativa/dominante, podendo tocar o corpo ou estar em espaço neutro, geralmente a frente do emissor. Quadros & Karnopp (2004, p.57) definem o PA como: “uma área que contém todos os pontos dentro do raio de alcance das mãos em que os sinais são articulados”.

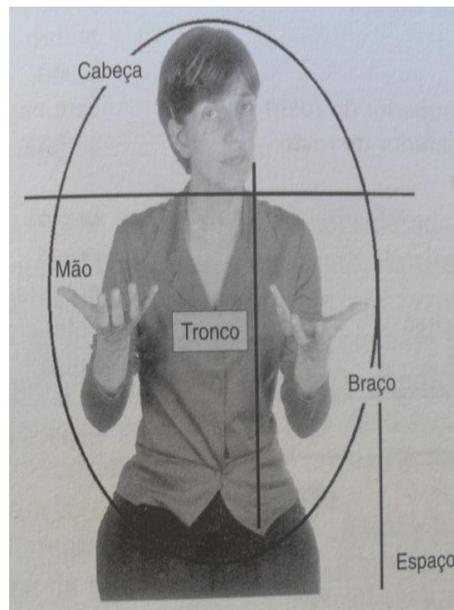


Figura 3. Espaço de realização dos sinais e as quatro áreas principais de articulação dos sinais (baseado em Battinson, 1978 p.49 *In*: Quadros e Karnopp, 2004, p.57)

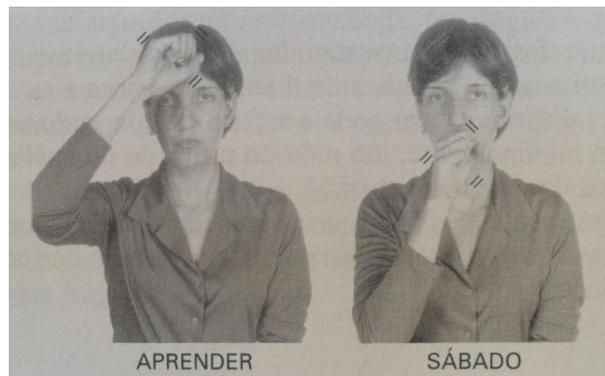


Figura 4. Sinais opostos por Ponto de Articulação (Quadros & Karnopp 2004 p.52)

Movimento (M)

Os sinais podem ou não apresentar movimento. O movimento é um parâmetro que pode envolver diversas formas e direções e, conseqüentemente, acarretar mudanças de significado nos sinais. Em Quadros & Karnopp (2004) destaca-se que o movimento pode distinguir itens lexicais como nomes e verbos para Supalla e Newport, (1978) ou estar relacionado à direcionalidade do verbo para Klima e Bellugi (1979).



Figura 5. Sinais opostos por movimento (Quadros e Karnopp, 2004, p.83)

Orientação da mão (O)

É a direção assumida pela palma da mão na produção do sinal. Quadros e Karnopp (2004) ressaltam que Ferreira-Brito (1995, p.41) e Marentette (1995, p.204) enumeram 6 tipos de orientação da palma da mão, em língua de sinais brasileira e em língua de sinais americana, respectivamente.



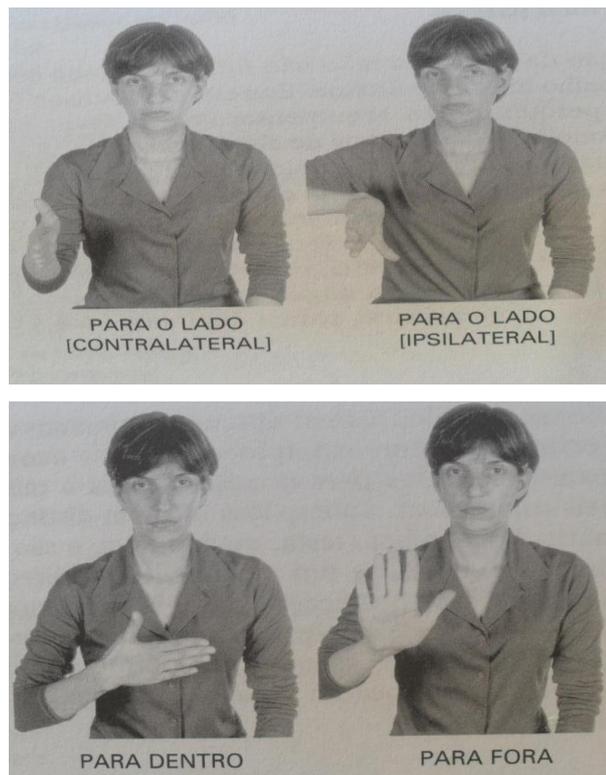


Figura 6. Orientações de mão (Quadros e Karnopp, 2004, p.59-60)

Expressões não-manuais (ENM)

Ainda na fonologia da língua de sinais temos como parâmetro as Expressões não-manuais, que são movimentos da face, dos olhos ou do corpo utilizados para diferenciar itens lexicais específicos como partícula negativa, referencia pronominal, advérbio, grau e aspecto, ou para marcar construções sintáticas como interrogativas QU-, orações relativas, topicalização, concordância e foco. (Quadros & Karnopp, 2004)

Assim, a fonologia das línguas de sinais tem por objetivo identificar as unidades mínimas de formação dos sinais e constituir os padrões de combinação possíveis entre essas unidades. Aprofundando-se no estudo das diferenças de significados de acordo com a alteração das unidades mínimas.

2.2 Morfologia

Em línguas de sinais é imprescindível, esclarecer a diferença entre fonologia e morfologia.

A fonologia das línguas de sinais estuda as combinações possíveis entre configuração de mão, movimento, ponto de articulação, orientação da mão e expressões não manuais e as mudanças de significado que elas atribuem aos sinais.

Já a morfologia objetiva estudar a estrutura interna das palavras ou sinais e suas regras de formação de palavras. Para Quadros & Karnopp (2004), a grande diferença morfológica entre línguas de sinais e línguas orais está nos tipos de processos combinatórios de formação de palavras complexas.

A língua de sinais organiza seus sinais em categorias lexicais como nome, verbo, adjetivo, advérbio, pronome etc. O léxico da Libras apresenta características presentes em outras línguas de sinais e não presentes em línguas orais, como por exemplos os classificadores³

A proposta de Brentari e Padden (2001) sobre o léxico da Libras é apresentada por Quadros & Karnopp (2004) e oferece a seguinte composição:

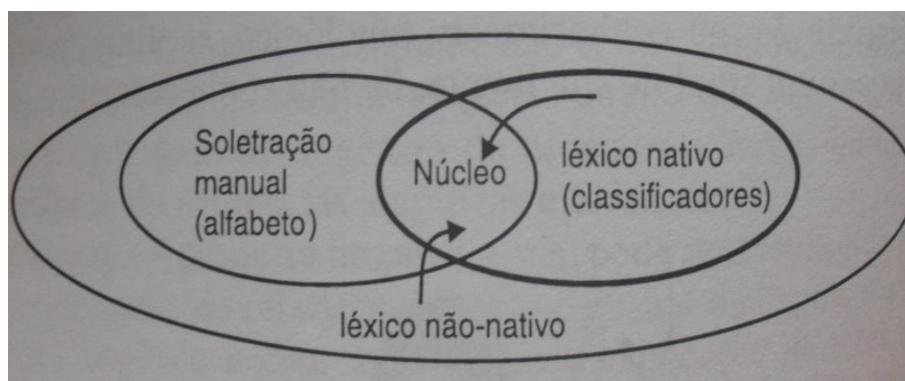


Figura 7. Léxico da Libras (Quadros e Karnopp 2004, p.88)

Tratando-se, soletração manual como o conjunto de configurações manuais que convencionam a ortografia do alfabeto português; léxico nativo, englobando os sinais formados seguindo as regras da língua; léxico não-nativo classificado como palavras do português que, por empréstimo linguístico foram incorporadas a Libras e que, geralmente não seguem as regras de boa formação de sinais encontrando-se na periferia

³ Os classificadores têm distintas propriedades morfológicas, são formas complexas em que a configuração de mão, o movimento e a locação da mão podem especificar qualidades de um referente. Classificadores são usados para especificar o movimento e a posição de objetos e pessoas ou para descrever o tamanho e a forma de objetos. (QUADROS & KARNOPP 2004, p.93)

do sistema lexical. O núcleo lexical da Libras compreende a interseção do léxico nativo e das soletrações manuais.

Formação de Palavras:

Como afirmado anteriormente, os processos de formação de palavras e sinais apresentam diferenças relevantes. Enquanto nas línguas orais a formação de palavras complexas ocorre pela adição de afixos a uma raiz, na língua de sinais este processo resulta usualmente do enriquecimento da raiz com movimentos e contornos espaciais.

Apresentaremos agora os processos de formação mais comuns na Libras de acordo com Quadros & Karnopp (2004):

Derivação nome-verbo: caracterizado pela mudança no tipo de movimento, podem ocorrer repetição e/ou encurtamento como nos exemplos:



Figura 8. Derivação nome-verbo (Quadros e Karnopp 2004, p.97)

Composição: ocorre quando há junção de duas bases lexicais para a formação de um novo significado, seguindo três regras básicas:

- Regra do Contato: em composto os contatos presentes nos sinais da composição geralmente são mantidos:



Figura 9. Regra do Contato (Quadros e Karnopp 2004, p.103)

- Regra da sequência única: o movimento interno ou a repetição do movimento é eliminado para a formação de composto:

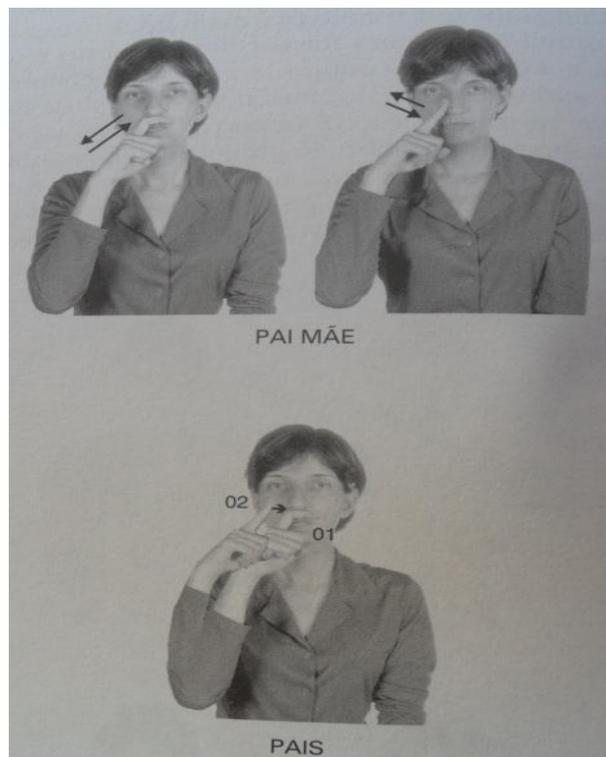


Figura 10. Regra da sequência única (Quadros e Karnopp 2004, p.104)

- Regra da antecipação da mão não-dominante: na composição a mão não-dominante tende a antecipar a configuração de mão referente ao composto de segunda ordem:

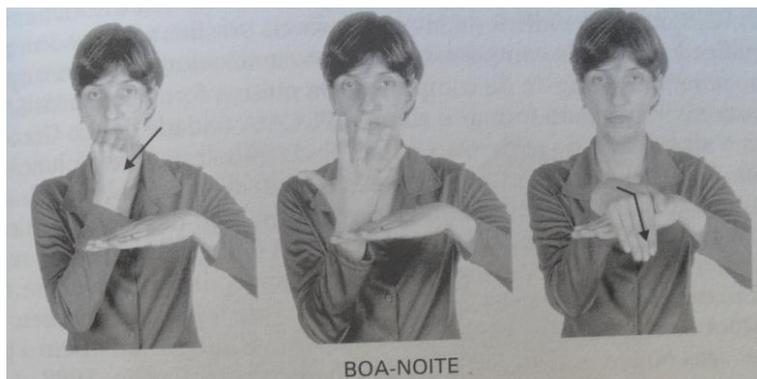


Figura 11. Regra de antecipação da mão não-dominante (Quadros & Karnopp 2004, p.105)

Incorporação de numeral: neste caso ocorre a combinação de numerais a sinais que expressam ideia de temporalidade e usualmente a incorporação está limitada ao intervalo de 1 a 4, para números maiores o sinal do numeral é feito separadamente do sinal MÊS, como no caso abaixo:

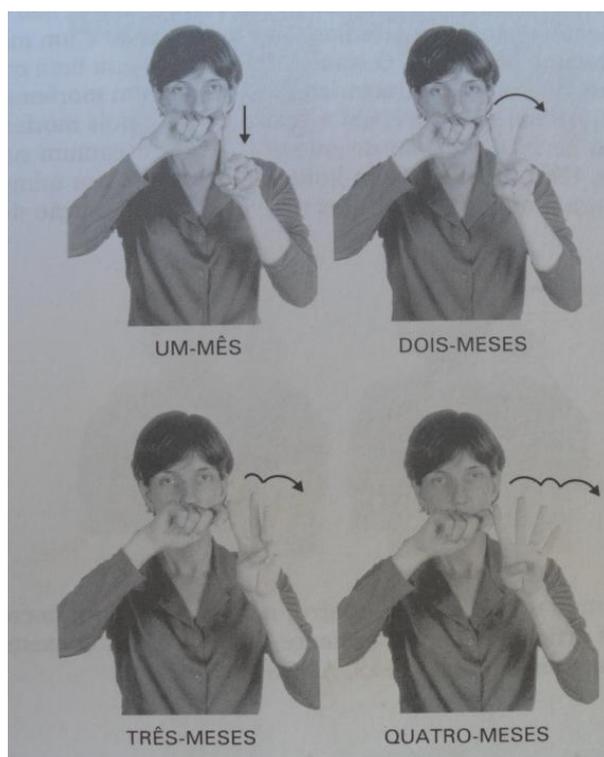


Figura 12. Regra da incorporação de numeral (Quadros & Karnopp 2004, p.107)

Incorporação de negação: a negação pode ser incorporada pela alteração de um dos parâmetros, geralmente o movimento, ou pelo acréscimo de expressão facial, como exemplificado:

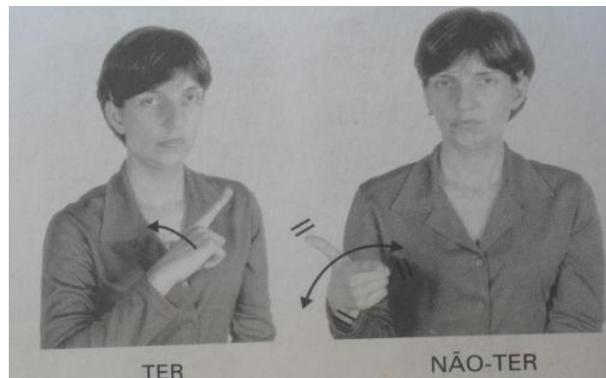


Figura 13. Regra da incorporação de negação (Quadros e Karnopp 2004, p.110-111)

2.3 *Sintaxe*

2.3.1 *Tipos de verbos*

Consideraremos os estudos de Quadros & Karnopp (2004) que organizam os verbos da Libras em três grupos:

Verbos simples: são os verbos que possuem um ou nenhum argumento, ou seja, que não apresentam flexão de pessoa e não incorporam afixos locativos:

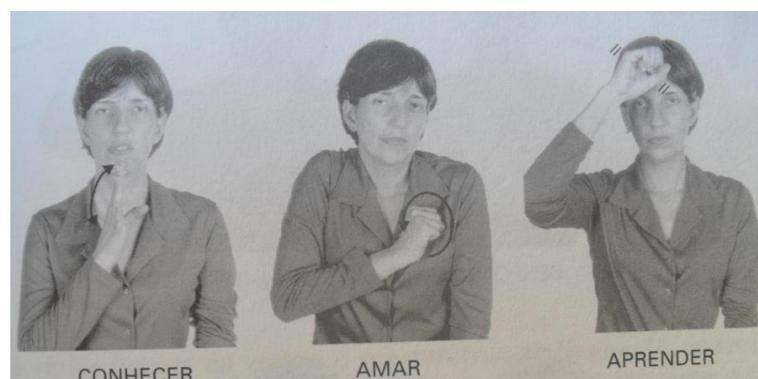


Figura 12. Verbos simples - Libras (Quadros & Karnopp 2004, p.117)

Verbos com concordância: são verbos que apresentam mais de um argumento, sendo estes, relacionados à flexão de pessoa, número e aspecto e que não apresentem incorporação de afixo locativo:

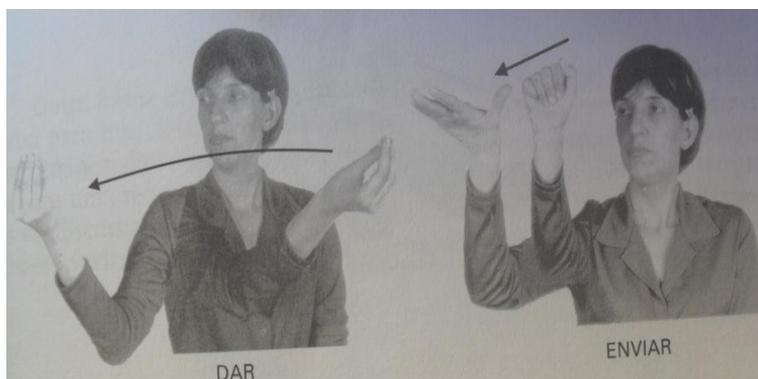


Figura 15. Verbos com concordância - Libras (Quadros & Karnopp 2004, p.117)

Verbos espaciais: denominação dos verbos com mais de um argumento, sendo este exclusivamente um afixo locativo:



Figura 16. Verbo espacial – Libras (Quadros & Karnopp 2004, p.118)

2.3.2 Sintaxe Espacial

Para Quadros & Karnopp (2004), a língua de sinais brasileira se estabelece e se organiza espacialmente e apresenta diversas possibilidades de estabelecimento de relações. É fundamental que, no espaço de realização dos sinais sejam estabelecidas relações sintáticas através do estabelecimento nominal e do uso do sistema pronominal.

Ainda para as autoras, o estabelecimento de referente é determinado pela associação à localização espacial, podendo tal referente estar fisicamente presente ou

não. Se o referente estiver presente o ponto estabelecido é espaço real ocupado por ele; caso o referente esteja ausente, o ponto espacial é estabelecido de forma abstrata.

Na Libras, as frases apresentam certa flexibilidade na ordem sintática, podendo sujeito (S), verbo (V) e objeto (O) apresentarem nas seguintes formas: SVO, OSV, SOV.

A predominância está na forma SVO, que estabelece frases gramaticais, como no exemplo:

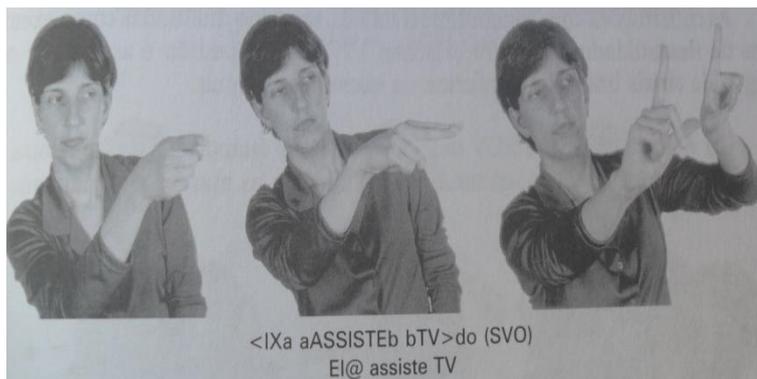


Figura 17. Ordem SVO - Libras (Quadros & Karnopp 2004, p.139)

Entretanto as ordens OSV e SOV ocorrem somente quando há algum acréscimo na sentença, como concordância e marcas não-manuais. Vejam os exemplos:

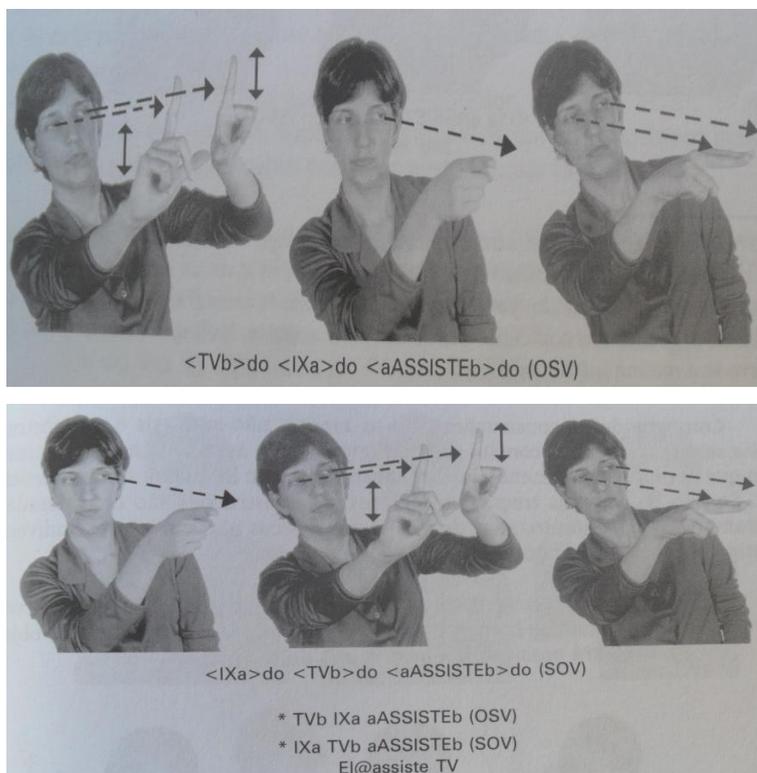


Figura 18. Ordens OSV e SOB respectivamente (IMAGEM Quadros & Karnopp 2004, p.140-141)

A Libras é um língua. As informações apresentadas neste capítulo comprovam tal afirmação com base em estudos linguísticos apurados e reconhecidos pela comunidade acadêmica brasileira.

Essa língua é usada pela comunidade surda para expressar sua cultura e para fortalecer ainda mais este grupo. Os surdos têm através da língua de sinais, possibilidades de se desenvolver intelectual e culturalmente, na mesma proporção de a comunidade ouvinte com sua língua. Mas para que isso se efetive é preciso reconhecer a força que a língua exerce sobre as culturas e o poder transformador de que ela dispõe.

CAPÍTULO 3 - A LIBRAS E O ENSINO SUPERIOR

É pensando na importância que a língua de sinais tem para a comunidade surda que pretendemos neste capítulo compreender o contexto que levou a implementação da Libras como disciplina no ensino superior brasileiro.

A linguagem das pessoas surdas sempre foi alvo de grandes discussões. Em determinados momentos da história encontramos intervenções linguísticas que favoreciam ora a língua oral – como a proibição da utilização da língua de sinais em 1880, ora a língua de sinais – a exemplo os avanços legais do Brasil atualmente, que serão aprofundados neste capítulo.

Nos últimos anos foram vários os avanços relativos aos direitos sociais dos Surdos no país. O reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais – Libras como meio de comunicação e expressão da cultura da comunidade surda brasileira é o que consideramos como o principal desses avanços. A lei 10.436/02 pode ser entendida como a maior ferramenta de empoderamento dos sujeitos surdos da década.

Foi através do reconhecimento de sua língua que os surdos começaram a se organizar e a lutar com mais tenacidade por seu direito à Educação. Para a comunidade surda, ter sua língua reconhecida é uma vitória, não só no âmbito educacional, mas também na dimensão cultural.

Para Zych (2008) o reconhecimento da Libras promove não só a interação de surdos e ouvintes, mas também a efetiva participação desses sujeitos na construção e transformação da sociedade.

Entender o surdo como sujeito cultural, segundo Lopes (2007) é tarefa complexa já que não se tem consenso na própria conceituação de cultura. Entretanto, a visão do ser surdo por uma perspectiva cultural e não deficitária permite um olhar diferenciado sobre estes sujeitos.

Tratando a surdez como diferença primordialmente cultural não se está exigindo esquecer a condição do não ouvir, mas compreendendo uma mudança de olhar, de foco, sobre o que nos difere dessa comunidade.

É através dessa perspectiva que a Lei 10.436/02 se constituiu como ferramenta de avanço histórico-cultural para a comunidade surda brasileira. E o decreto 5.626/05, que regulamenta a referida lei e discorre sobre os caminhos a serem desbravados rumo à Educação de Qualidade para os surdos brasileiros resgata a educação como um bem social, como um direito de todos, superando os desafios provocados pelas diferenças. O decreto diminui as lacunas e minimiza os entraves encontrados na educação dos surdos. Ao valorizar o uso e difusão da Libras e incluí-la na formação de professores, dá um grande passo para o fim do estigma educacional dos surdos.

Os Artigos 3º e 9º do Decreto 5.626/05 prevêem que a Libras seja inserida como disciplina obrigatória nos cursos de formação de professores para o magistério e nos cursos de Fonoaudiologia, além de ser optativa para os demais cursos de nível superior. Determina ainda os prazos para esta inclusão, sendo o máximo de dez anos para que todas as Instituições de Ensino Superior do país cumpram a deliberação.

Destaco que decorrido o prazo de cinco anos de publicação do decreto, ou seja, em 2010, 60% dos cursos das Instituições de Ensino Superior - IES do país deveriam ter incluído a disciplina Libras em seus currículos.

O Decreto também determina qual a formação do professor e instrutor de Libras, figuras fundamentais para o processo, priorizando que este profissional seja surdo; determina prazos para implementação da disciplina e da inclusão dos professores de Libras na rede de ensino federal; orienta sobre programas específicos para criação de cursos de graduação e pós-graduação; pondera sobre o uso e difusão da Libras; define a formação para Tradutor e Intérprete de LIBRAS-PORTUGUÊS e afirma as garantias da pessoa surda à Educação e Saúde.

Esses dois documentos oficiais do governo brasileiro são o conjunto do que se pode chamar de Lei de LIBRAS. É importante que analisemos as leis, uma em consonância com a outra para termos uma visão geral do que se regulamenta para a Educação de Surdos.

Considerando que a língua de sinais otimiza o aprendizado de alunos por conta de sua eficiência linguística, as instituições de educação devem disponibilizar o acesso ao uso dessa língua. Sendo assim, as universidades, por sua função formadora de

direcionar a trajetória de futuros profissionais deve garantir aos surdos, condições favoráveis de atuação social.

A língua de sinais, após o Decreto N° 5626/05, tem mobilizado mais discussões na sociedade; dá ensejo a novas perspectivas e serve para reafirmar os avanços alcançados pela comunicação surda. (Zych 2008, p.122)

Entendendo a Libras como um desses tão importantes avanços, discorreremos agora uma análise de cunho mais político sobre o processo de implementação da disciplina, analisando a legislação vigente e as discussões teóricas existentes sobre o tema.

3.1 A Libras como disciplina

Embora o tema da disciplina Libras no ensino superior seja novidade, já existem mobilizações acadêmicas para compreender este movimento. Destaco o trabalho de Terezinha de Lourdes Pereira, intitulado: *Desafios da Implementação do Ensino de Libras no Ensino Superior*, uma dissertação de mestrado que teve como objetivo principal compreender como a disciplina está sendo implantada e quais os desafios dessa implantação.

Pereira (2008) avaliou a implementação da disciplina Libras pela perspectiva dos coordenadores de curso de diversas universidades e se dispôs a compreender qual o intuito das universidades em incluir o curso em seus currículos.

Os dados de sua pesquisa demonstram que a disciplina ainda não foi incorporada de forma plena, embora apresente experiências interessantes e positivas. O curso de Libras é visto ainda como uma nova língua incluída no currículo dos cursos. E não como uma disciplina que pode ao mesmo tempo em que oferece fluência e domínio da língua, apresenta aos futuros profissionais uma compreensão do universo surdo, suas peculiaridades e a partir disso, atuar para a transformação da sociedade. “ Na prática educativa e na escolarização dos surdos, os educadores responsáveis pela mediação do conhecimento e da transmissão de valores no processo avaliativo devem compreender a maneira própria de aprender e ensinar desses alunos”. (Pereira 2008, p39)

O papel das universidades é, reafirmo, formar profissionais que compreendam as diferenças culturais dos surdos e saibam como conduzi-las num caminho de afirmação de identidade, sendo importante conhecer a língua, mas também a história da comunidade surda.

As instituições de ensino superior, sob a luz do decreto, devem possibilitar atividades de extensão universitária que possibilitem a prática discente e o convívio com os surdos.

Como conclusões de seu trabalho, Pereira (2008) aponta a dificuldade que as instituições tem para adequar seus projetos pedagógicos. A autora salienta que é necessário estruturar o currículo de Líbras nas universidades e definir orientações básicas para implementação da disciplina, já que cada instituição define aspectos estruturais como carga horária, que muitas vezes parece insuficiente, conteúdos programáticos, ora privilegiando a língua, ora aspectos pedagógicos.

Aponta também necessidade de novas e aprofundadas pesquisas sobre a disciplina Libras analisando as deferentes perspectivas e os diferentes atores desse processo, além de ser importante acompanhar o impacto que os profissionais formados dentro desse novo paradigma terão em seus espaços de atuação.

CAPÍTULO 4 - METODOLOGIA

A abordagem metodológica escolhida para este trabalho foi a quanti-quali, também denominada método misto de pesquisa. Consideramos que a base quantitativa pode nos apresentar questões importantes por reunir características comuns do grupo pesquisado enquanto a base qualitativa nos permite aprofundar sistematicamente, aspectos relevantes dos sujeitos sobre o tema.

Sobre a metodologia quanti-quali é importante ressaltar que em muitos momentos os métodos qualitativos foram desenvolvidos no contexto de uma crítica aos métodos quantitativos (FLICK, 2004 p.271), acreditava-se que em determinadas ocasiões o método quantitativo prestava-se a generalizações e não levava em consideração aspectos subjetivos importantes do objeto estudado.

O contrário também já foi definido. Entendia-se que os métodos qualitativos perdiam-se em afirmações abstratas deixando de lado dados objetivos relevantes às pesquisas. Flick (2004) comenta que, por vezes a representatividade da amostra quantitativa foi utilizada como principal argumento de valorização do método quantitativo em relação ao qualitativo.

Contudo, Wilson (1982) apud Flick (2004) defende que os dois métodos de pesquisa são complementares, e que a escolha por um ou outro método ou até mesmo pelos dois depende da natureza do problema que se propõe estudar. Sendo assim, optamos por utilizar ambos os métodos para compreender com mais clareza as concepções de discentes sobre a disciplina Libras.

A pesquisa assume então, caráter exploratório, sendo seu objetivo principal analisar as concepções dos alunos do ensino superior do Distrito Federal sobre a disciplina Libras e como ela pode repercutir na formação profissional desses discentes. Através do aprimoramento de ideias e descoberta de intuições nos permitimos considerar os mais variados aspectos sobre o fato estudado através de levantamento bibliográfico, coleta e análise de dados com os alunos de instituições de ensino superior do DF.

Gil (1999) destaca que a pesquisa exploratória é desenvolvida com intuito de proporcionar uma visão geral sobre determinado tema. Logo, este tipo de pesquisa

torna-se o mais indicado nos casos em que o tema escolhido é pouco explorado, o que não permite formular hipóteses diretas.

A nossa opção pela pesquisa exploratória, considera que os estudos sobre a implementação da disciplina LIBRAS no ensino superior são, ainda, incipientes e necessitam de aprofundamento e avaliação.

Este estudo pretende balizar com mais organicidade o tema, reunindo conhecimentos, a fim de possibilitar novas pesquisas sobre o tema e subsidiar diálogo com pesquisas existentes.

Delineamos a pesquisa partindo do conceito de levantamento apresentado por Flick (2004, p.70): “As pesquisas deste tipo se caracterizam pela interrogação direta de pessoas cujo comportamento deseja conhecer”. Acreditamos que a escolha deste tipo de pesquisa nos permitiu um conhecimento direto da realidade dos discentes a cerca da disciplina Libras.

4.1 Contextualizando a pesquisa

4.1.2 Campo de Pesquisa

Para este trabalho consideramos a referência de Flick (2004) em que campo de pesquisa pode se configurar como uma instituição, um grupo de pessoas ou até mesmo uma família..

Como o trabalho se presta a analisar a disciplina Libras no ensino superior do DF também levamos em consideração que as amostras fossem colhidas em instituições públicas e privadas. Optamos ainda por instituições em que o pesquisador tivesse contato direto com os professores para que os tramites burocráticos de entrada na instituição não representassem empecilhos para a pesquisa. Pois, como observa Flick (2004 p.72), “Negociar a entrada em uma instituição é menos uma questão de fornecer informações do que de estabelecer uma relação. Nessa relação, deve-se desenvolver confiança suficiente nos pesquisadores enquanto pessoas e em sua solicitação, para que a instituição – a despeito de todas as reservas – envolva-se na pesquisa”

No caso desta pesquisa, a confiança dos professores no trabalho do pesquisador foi um verdadeiro aliado para o decorrer da coleta de dados.

Na IES pública foi selecionada uma turma de Libras com professor surdo e três turmas com professor ouvinte devido à quantidade de alunos em cada turma. A primeira turma é oferecida pelo Departamento de Línguas da universidade e a segunda oferecida pela Faculdade de Educação. Vale ressaltar que ambas as disciplinas são abertas para todos os alunos da universidade independente do curso.

Sobre a instituição privada, foi selecionada uma turma com professor surdo. A disciplina em questão é oferecida somente aos alunos de Pedagogia dessa instituição. Desta visita destacamos que, embora aplicados 33 questionários, a turma era composta de 77 alunos, o que aos olhos do pesquisador influencia diretamente na qualidade da disciplina.

4.1.1 Sujeitos da Pesquisa

Ao todo contamos com 96 participantes, dos quais 33 alunos de instituição privada e 63 de instituição pública, dado que não interfere na análise dos dados, já que o critério principal foi o perfil do professor, se surdo ou ouvinte. As amostras para professor surdo e ouvinte são iguais e compõe-se de 43 alunos em cada uma.

Optamos por equacionar os participantes de acordo com o perfil do professor, se surdo ou ouvinte, considerando esta variável mais significativa do que outras como natureza da instituição, ou curso. Foram selecionadas amostras equivalentes de 43 alunos em turmas de professor surdo e 43 alunos em turma d professor ouvinte

Os alunos foram escolhidos por estar cursando a disciplina Libras, não sendo relevante para a escolha da amostra o curso ou semestre. Embora estes dados sejam considerados para a análise dos dados ajudando a caracterizar o perfil dos alunos da disciplina.

4.1.2 Instrumentos

Como instrumentos foram utilizados nesta pesquisa:

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE: documento convite para participação na pesquisa, explicitando os objetivos e métodos de participação, garantindo o sigilo dos participantes e a não divulgação dos nomes dos participantes além de conter dados do pesquisador para possíveis contatos;

Declaração de Participação: documento em que o participante declara estar ciente dos riscos e benefícios da sua participação na pesquisa

Questionário: Para Gil (2007) o questionário tem por objetivo conhecer opiniões interesses e expectativas através de questões apresentadas geralmente por escrito aos participantes.

Optamos pela utilização deste instrumento pelas possibilidades de atingir o maior número de pessoal sem expor os pesquisados às influências de opinião do pesquisador nem do professor da disciplina, além de garantir o anonimato dos participantes.

Para esta pesquisa o documento conteve 15 perguntas consideradas relevantes à pesquisa, sendo 8 questões de levantamento demográfico (idade, sexo, instituição, etc), 4 questões fechadas referentes a razões conscientes e comportamentos. 3 questões abertas relacionadas principalmente à comportamentos dos respondentes.

A construção das questões fechadas previu o menor número de alternativas possíveis para não prejudicar a escolha dos respondentes. Tentamos garantir que as alternativas fossem mutuamente excludentes (GIL 2004, p.131), mas ainda assim tivemos questões em que foi possível escolher mais de uma alternativa.

Ademais, as questões abordam temas considerados formativos como carga horária e conteúdo e temas considerados formadores, como motivo de escolha e perspectivas profissionais.

4.1.3 Coleta de Dados

A coleta de dados ocorreu com visitas acordadas com os professores da disciplina de forma a não atrapalhar o andamento da disciplina. As visitas duraram em média 30 minutos, a depender do tempo de resposta dos alunos.

Em todas as turmas visitadas os professores se comunicaram com o pesquisador em Libras, o que causou estranhamento e chamou a atenção da turma para o visitante.

O primeiro contato do pesquisador com as turmas ocorreu em Libras, cumprimentando-os, explicando que faria uma pesquisa e perguntando se os alunos aceitariam participar. Logo em seguida, utilizando da língua oral o pesquisador surpreendia a turma causando um clima de descontração entre os participantes.

Após a apresentação inicial, o pesquisador explicava com mais profundidade os objetivos da pesquisa solicitando que um voluntário da turma lesse o TCLE em voz alta para que fosse traduzido para a Libras.

Em seguida era feita a entrega dos 3 instrumentos, sendo que o questionário e a declaração devidamente preenchidos eram solicitados de volta.

Ao recolher os questionários, o pesquisador agradecia a participação de todos e, ainda como gesto de agradecimento, apresentava a turma a Interpretação em Libras da música Se, de Djavan. O gesto foi bem recebido em todas as turmas e permitiu finalizar o encontro com a mesma descontração do início.

4.1.4 Análise dos dados

A análise de dados decorreu de 3 processos distintos, sendo: tabulação de dados, estabelecimento de categorias de análise e organização e elaboração de resultados.

A tabulação permitiu sistematizar os dados em planilhas eletrônicas e correlacioná-los através de tabelas e gráficos que serão apresentados no próximo capítulo.

Foi identificada a necessidade de organizar os dados em categorias, uma vez que, principalmente as questões abertas, representavam ricas fontes de informação. Essas categorias serão apresentadas e abordadas com profundidade no capítulo que se segue, juntamente com a apresentação dos dados, organizados e elaborados relacionando qualitativamente os dados encontrados e os referenciais teóricos norteadores da pesquisa.

CAPÍTULO 5 - RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para melhor visualização dos resultados, os dados serão apresentados em três dimensões definidas pelo pesquisador. A primeira pretende apresentar dados demográficos que contextualizem os sujeitos da pesquisa e dêem uma compreensão geral de quem são os discentes, foco deste trabalho.

Já a segunda dimensão analisará o caráter formativo da disciplina Libras no que diz respeito a aspectos de natureza técnica como carga horária, conteúdos abordados, influência do perfil do professor e razões de oferta da disciplina pela IES.

Na ultima dimensão se propõe analisar o caráter formador da disciplina ponderando motivos que levam o aluno a cursá-la, importância da disciplina na formação profissional, capacidade de comunicação em Libras.

Dessa forma acreditamos dinamizar a leitura e compreensão dos dados, favorecendo a apreciação das informações e a reflexão crítica dos elementos.

5.1 Demográfico

A disciplina Libras deve ser inserida no currículo dos cursos de Licenciaturas, Pedagogia e Fonoaudiologia, esta afirmação já foi proferida diversas vezes durante o trabalho. Já foi apresentado o decreto que carrega esta afirmação, também já discorreremos sobre que língua é essa e já demos informações de quem são os falantes da Libras.

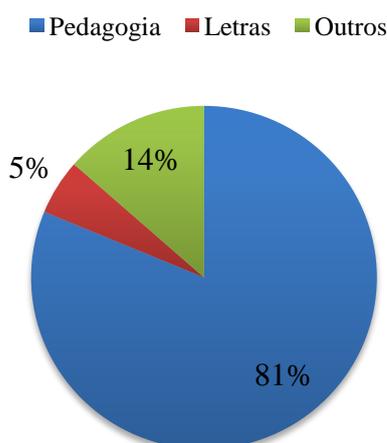
Contudo, o foco deste trabalho são os alunos da disciplina. São os estudantes de graduação que a estão cursando. Mas quem são esses alunos? Qual o perfil de quem está cursando a disciplina?

Ao delinear a dimensão Demográfica, objetivamos explicitar as características desse grupo para que a partir daí possamos compreender a configuração dessa disciplina.

5.1.1 – Participantes por curso de graduação

Do *corpus* de análise 78 participantes cursam Pedagogia e 18 cursam outras graduações, sendo que desses, 5 eram cursos de licenciatura e 13 de bacharelado, representados pelo gráfico um a seguir que organiza os participantes quanto aos cursos de graduação.

Gráfico 1. Participantes por curso de graduação



O Decreto 5.626/05 determina que a disciplina Libras é obrigatória para os cursos de formação de professores e Fonoaudiologia e que será optativo para alunos de outras graduações. Pelo gráfico podemos perceber um número maior de discentes do curso de Pedagogia, que tradicionalmente é um curso voltado para as séries iniciais e este por si só, já é um dado relevante. Pois, a grande discussão da educação de surdos, refere-se a ausência de profissionais qualificados, especialmente nas séries iniciais. É sabido que somente a disciplina Libras não é suficiente para a qualificação deste profissional, porém, este profissional com certeza já terá um diferencial no mercado de trabalho e em sua atuação pedagógica.

Em conversa informal com um dos professores da disciplina, fomos informados que alguns alunos do curso de Pedagogia foram selecionados para determinadas vagas no mercado de trabalho pelo simples fato de já estarem cursando a disciplina. Isto demonstra, ao mesmo tempo, que há uma demanda do mercado por profissionais habilitados em Libras.

O interessante é perceber que apesar da oferta, esta disciplina ainda não configura como obrigatória no currículo do Curso de Pedagogia da Universidade Pública pesquisada, no entanto, a maioria dos alunos entrevistados são oriundos desta disciplina e deste curso. O que nos permite inferir que o curso de Pedagogia da universidade pública tem feito um trabalho de preparação e motivação destes alunos para este campo, considerando que somente podem cursar esta disciplina alunos que já cursaram as disciplinas de Educando com Necessidades Educacionais Especiais e Aprendizagem e Desenvolvimento das Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais.

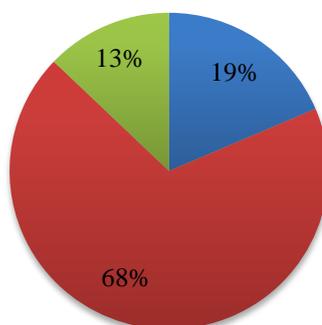
Causou espanto, o número pequeno de alunos do curso de Letras cursando a referida disciplina, pois, na universidade pública, a disciplina Libras vem sendo ofertada há alguns anos apenas pelo Departamento de Linguística, no entanto, os números de participantes na disciplina são em sua maioria oriundos de outros cursos. Alunos oriundos inclusive de outros cursos, que não são licenciaturas, o que demonstra interesse de alunos de outras áreas pela disciplina. Durante a pesquisa, entrevistamos alunos do curso de Física, Medicina, Serviço Social, Letras/Portugues do Brasil como Segunda Língua e Psicologia.

5.1.2 – Participantes por posição no fluxo de seu curso

Ainda delineando o perfil dos estudantes, encontramos uma grande concentração deles entre o 4º e 6º semestre/período de seu curso, conforme gráfico dois abaixo. Entende-se que os estudantes já venham com uma base teórica consistente e com nível de criticidade intermediária devido a sua posição como universitário.

Gráfico 2. Participantes por posição no fluxo de seu curso

■ 1ª ao 3º semestre ■ 4º ao 6ª semestre ■ 7º em diante



Observamos ainda que 85% dos participantes foram mulheres e 15% homens. A faixa etária dos participantes concentra-se entre 20 e 25 anos, compreendendo 59% deles.

Dessa forma, constatamos que o perfil dos alunos da disciplina Libras é composto majoritariamente por mulheres na faixa etária de 20 a 25 anos cursando os semestres intermediários de curso da área de humanas. É importante considerar que, como as disciplinas são ofertadas prioritariamente nas licenciaturas, geralmente estes cursos são formados majoritariamente por mulheres, o que acaba repercutindo também na disciplina.

É válido ressaltar ainda que, em momento algum do decreto há quaisquer referências sobre em que momento do curso esta disciplina deva ser ofertada e quais os pré-requisitos para cursá-la.

5.2 *Formativo*

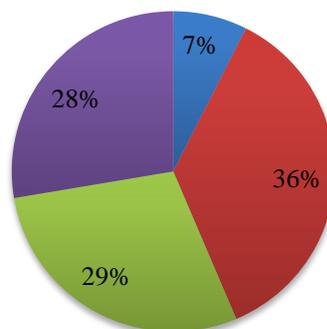
5.2.1 – *Carga Horária da disciplina*

A disciplina Libras está configurada na instituição pública pesquisada como uma disciplina de 60h, o que corresponde a 2h/aula por encontro, totalizando 30 aulas. Já na instituição particular, a disciplina conta com 80h divididas em 20 encontros de 4h cada.

O gráfico três demonstra a opinião dos discentes quanto à carga horária da disciplina:

Gráfico 3. Quanto à carga horária da disciplina Libras

■ Excelente ■ Satisfatória ■ Regular ■ Insuficiente



Embora a maioria dos alunos entenda que a carga horária da disciplina seja satisfatória, deve-se olhar com atenção à quantidade de alunos que entendem a carga horária como regular ou insatisfatória, que somados, apontam para 57% do total de alunos. Podemos perceber com estes dados que a disciplina seria mais bem aproveitada se pensada com um quantitativo maior de horas.

Entendemos, é claro, que é difícil para as instituições garantir carga horária maior para a disciplina sem prejuízos a outros conteúdos tão importantes quanto este. Os estudos de Pereira (2008) apontam instituições com carga horária bem inferior às deste trabalho. “Por esses dados o tempo das disciplinas definido pela maioria dos cursos, ou seja, 40 horas semestrais pode estar adequado para uma introdução à Libras e para garantir certa interlocução dos alunos (futuros professores) com os alunos surdos na escola em que atuarão como profissionais”. (PEREIRA 2008, p.49)

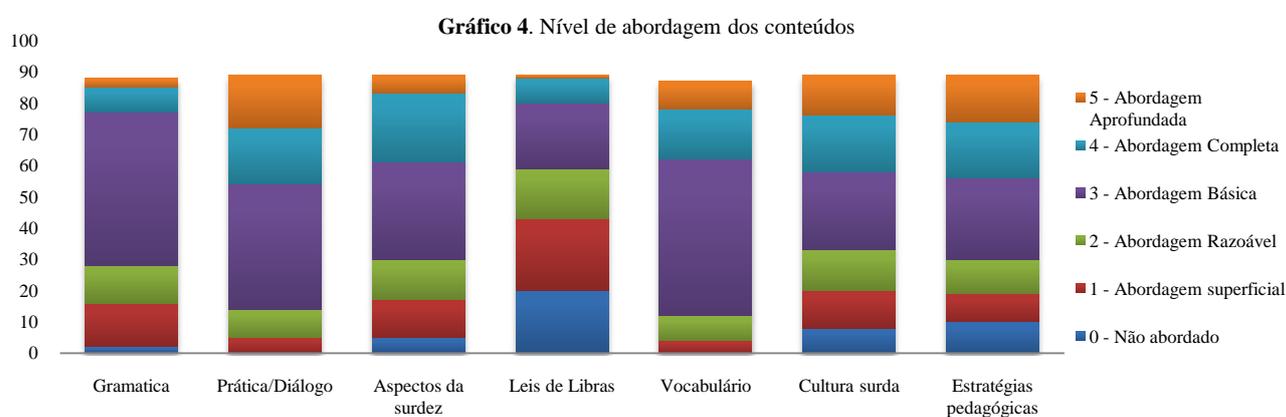
Corroboramos com a autora que considera 40h adequadas para uma introdução à Libras apenas e ainda acreditamos que 60h, embora permita um aprofundamento maior na língua cumprem somente o requisito básico e introdutório sobre a Libras. Sendo interessante que as instituições ofereçam oportunidades de aprofundamento de acordo com a demanda.

Justificamos a consideração sobre a carga horária por considerar que a disciplina Libras deve atentar-se ao ensino da língua, para que os futuros profissionais

tenham um canal de comunicação livre com os surdos. Mas também entendemos que é importante introduzir aspectos de cultura surda, história e aspectos da surdez e outros pontos relevantes à comunidade surda no intuito de formar profissionais mais críticos e capazes de atuar de forma transformadora na realidade de seus pares surdos.

5.2.2 – Nível de abordagem da disciplina

O gráfico quatro abaixo representa a percepção dos alunos sobre o aprofundamento dado na disciplina a conteúdos considerados essenciais para tal proposição.



O gráfico pode ser analisado de duas formas distintas e complementares. Verticalmente tem-se um entendimento de cada um dos quesitos analisados, podendo definir o nível de aprofundamento apontado pelos alunos. Podemos perceber que há uma predominância na abordagem básica dos quesitos, sendo maior em todos eles. O que nos permite concluir que, de maneira geral, os conteúdos tem sido abordados na disciplina apenas basicamente. Cruzando com os dados trabalhados anteriormente sobre a carga horária da disciplina, podemos considerar como sendo o fator tempo um dos aspectos a ser levados em consideração nesta análise.

Ao analisar horizontalmente as variáveis encontramos informações detalhadas sobre cada nível de aprofundamento. O quesito lei de libras, por exemplo, é apontado como o mais não abordado na disciplina, o que nos leva a refletir sobre a importância dada a legislação na disciplina. Lei de libras também é apontada como conteúdo mais

abordado de forma superficial e/ou razoável, merecendo, talvez, aprofundamento e atenção.

No tocante a abordagem básica destaca-se o vocabulário da Libras. Considerando que as disciplinas pesquisadas prestam-se ao ensino básico da língua o quesito corrobora e confirma esta perspectiva. É preciso se alertar para que a disciplina Libras não vire uma oficina de Libras, mas voltada para a aquisição de vocabulários do que sobre reflexão a respeito da temática.

O conteúdo considerado com abordagem mais completa foi Aspectos da Surdez, o que nos leva a crer que os alunos compreendem mais claramente as causas e o contexto histórico que permeia o surdo. Acreditamos ainda que esta consideração se dê por ser este o conteúdo com mais utilização de textos em português, enquanto nos outros quesitos é privilegiada a língua de sinais, ainda não consolidada pelos alunos.

Por fim, tem-se que as práticas e diálogos foram considerados como o conteúdo mais aprofundado, tendo em vista que são privilegiadas atividades em Libras para que o aluno tenha o máximo de contato possível com a língua. Este aspecto é interessante porque revela uma faceta da disciplina, ou seja, que é trabalhar com a língua viva, contextualizada, com atividades práticas.

5.2.3 – *Professor surdo ou Professor Ouvinte*

Diante da abordagem dada aos conteúdos observamos agora a influência que o perfil do professor, surdo ou ouvinte tem para o aprendizado da Língua. Ressaltamos que a Lei de Libras não impõe um ou outro perfil para o professor, mas recomenda que a disciplina seja ministrada prioritariamente por um professor surdo, já que este é falante nativo da língua e membro da comunidade surda.

De acordo com os discentes pesquisados, o fato de ter um professor surdo pode influenciar positivamente e negativamente a aprendizagem.

A experiência de ter um professor surdo pode ser concebida negativamente quando as dificuldades de comunicação inibem o aluno.

“Particularmente tenho muita dificuldade de entender o que ele diz, logo esqueço o que aprendo e não tiro dúvidas porque não consigo me comunicar com ele e fico constrangida de sempre ter que escrever”.(Participante 2⁴)

Em alguns casos, os alunos sentem-se pouco à vontade com o professor por não conseguir estabelecer uma comunicação eficaz. A língua se torna um entrave e o aprendizado não é favorecido.

Entretanto, o contato com professor surdo se torna positivo por que a comunicação obrigatoriamente ocorre em Libras, o que gera motivação para aprender e suscita atenção durante a aula.

“Meu professor é surdo, acredito que influencia positivamente, pois vivenciamos verdadeiramente a aula. Fica interessante, motiva e desperta a atenção que tem que ser redobrada”. (Participante 11)

Pelo relato destacado fica evidente que os alunos, ao se verem “forçados” a falar com o professor em Libras, se motivam e se esforçam mais, tornando o aprendizado mais eficaz. Além disso, há uma parcela de alunos que consideram o aprendizado mais significativo quando o professor é surdo. Para eles, o fato de o professor ser surdo usuário da Libras faz com que a turma fique mais atenta.

“O aprendizado se torna mais significativo. Todos os alunos param para prestar atenção e se torna prazeroso flui com bastante facilidade”.(Participante 13)

Nota-se que o professor surdo tem um papel fundamental na disciplina Libras por se tornar referência para os alunos. Por terem línguas diferentes, alunos e professor, entram em conflito em alguns momentos, mas os professores procuram de diversas formas amenizar a distância linguística e estabelecer comunicação de maneiras alternativas até que os alunos se apropriem da língua.

Ao analisar o discurso de alunos sobre as influências de professores ouvintes encontramos do mesmo modo uma divergência de opiniões.

⁴ Optamos aqui por não identificar as falas por nomes devido a grande quantidade de respondentes (96) da pesquisa. Como durante a tabulação dos dados organizamos os questionários por números, utilizaremos a numeração para identificar as falas. A notação utilizada seguirá a seguinte estrutura: [Participante]+[número do questionário].

Alguns alunos acreditam que o professor ser ouvinte pode influenciar negativamente, pois a Libras tem momentos específicos dentro da aula, não possibilitando prática constante, como pode ser observado nos relatos abaixo:

“Isso acaba por tornar a aula bastante oralizada, mesmo quando a professora insiste em que a mesma ocorra somente em libras.” (Participante 50)

“Meu professor é ouvinte. Este aspecto influencia no sentido da prática, caso fosse um professor surdo acho que a turma buscaria adquirir maior autonomia no aprendizado dos sinais.” (Participante 49)

Entretanto, outra parcela de alunos acredita que, por se tratar de um professor ouvinte fluente em Libras, a aprendizagem ocorra com mais facilidade e as dúvidas podem ser apresentadas e respondidas de forma mais direta. Vejamos,

“Influencia de maneira positiva, pois sendo ouvinte entende e respeita os limites do aluno. Além disso, algumas dúvidas são esclarecidas de maneira mais completa já que podem ser respondidas também na língua dos ouvintes.” (Participante 58)

“Minha professora é ouvinte, fluente em libras. Eu acredito que isto facilite, principalmente no início, com a tradução do vocabulário e explicações. Ao mesmo tempo, a professora faz questão de, depois de termos adquirido vocabulário, falar somente em libras com os alunos.” (Participante 47)

Os alunos se identificam com o professor ouvinte e se sentem mais à vontade para esclarecer questionamentos, o que pode agregar valores ao aprendizado da Libras ou pode prejudicar as práticas na língua de sinais, já que os alunos sentem liberdade para utilizar a língua oral.

O perfil do professor interfere sim no aprendizado dos alunos, mas mais do que ser surdo ou ouvinte, a grande contribuição que o professor pode dar é atuar de forma transformadora e dedicada para que o aprendizado da língua ocorra da melhor maneira possível e que as questões referentes aos sujeitos surdos, importantes para quem pretende atuar nessa área, sejam bem esclarecidas durante a disciplina.

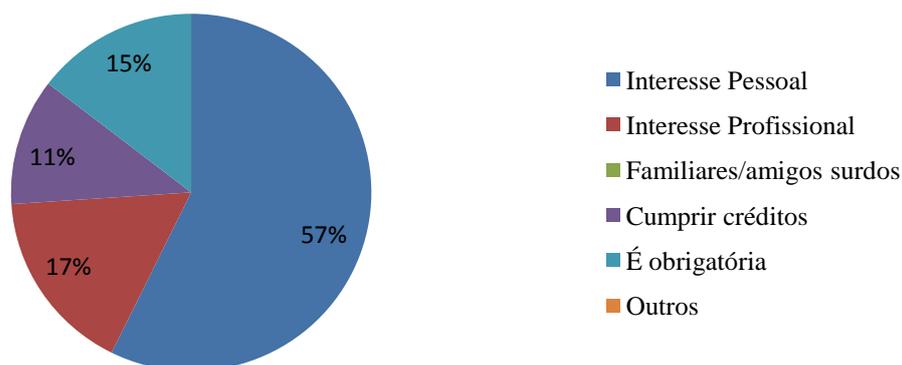
5.3 Formador

5.3.1 Motivadores para cursar a disciplina Libras

Diante do entendimento de quem é o aluno da disciplina Libras e de como esta disciplina está configurada é importante atentarmos para as repercussões desta disciplina na formação dos alunos. Para tanto acreditamos de fundamental importância compreender os motivos que levam os alunos a cursar a disciplina.

Observemos no gráfico cinco os principais motivos para cursar a disciplina segundo os sujeitos da pesquisa.

Gráfico 5. Motivadores para cursar a disciplina Libras



Nota-se que, embora a disciplina seja obrigatória por força da Lei de Libras, o principal motivo para cursar a disciplina é o interesse pessoal pela língua, representando 57% das respostas, o que nos causou surpresa. A grande concentração no motivador interesse pessoal chama nossa atenção por representar uma abertura da comunidade ouvinte para questões relacionadas à inclusão e à surdez especificamente. Além disso, percebe-se que a língua de sinais, por ser processada na modalidade visuo-espacial, sua principal diferença com a língua oral, atrai muita curiosidade e interesse, o que pode também está motivando a inscrição na disciplina.

Em segundo lugar registra-se o interesse profissional dos alunos, que em conversas informais demonstraram interesse de aprofundamento no curso com vistas à profissionalização seja como professor de surdos, seja como intérprete de Libras.

Os motivadores obrigatoriedade e cumprir créditos também tiveram representações significativas, o que demonstra que ainda existem alunos considerando a disciplina como uma chance de ganhar créditos ou até mesmo de eliminar matérias mais rapidamente.

Os motivadores familiares/amigos surdos e outros não foram citados pelos respondentes, mesmo que os professores da disciplina tenham comentado que existiam alunos com familiares surdos, o que refutou a hipótese de que ter na família pessoas surdas motivassem o aluno a cursar a língua.

5.3.2 Motivos para as IES terem implementado a disciplina

Os alunos demonstraram entender que a disciplina foi implementada no ensino superior devido a Lei de Libras. Compreendem também que a disciplina é obrigatória para os cursos de formação de professores.

“Por ser obrigatório no currículo, mas penso que deveria ser em mais de um semestre, ampliar as horas da disciplina aproveitaríamos mais.” (Participante 26)

“De acordo com a lei, as instituições de ensino superior de formação de magistério são obrigatórias e os outros cursos são opcionais”. (Participante 2)

Os trechos acima destacam o conhecimento dos respondentes sobre as questões legais que permeiam a Libras como disciplina, o que pode ser contradito quando os próprios alunos informam que o conteúdo Lei de Libras dentro da disciplina é nenhum ou é pouco aprofundado. Entretanto esse conhecimento pode ter sido estudado em outras disciplinas, como no caso da instituição pública que os alunos para cursar Libras precisam ter feito disciplinas sobre educação especial.

Embora a disciplina seja compreendida como meio de inclusão e aproximação entre ouvintes e surdos e de ser entendida como oportunidade de formação mais completa, ainda há alunos que não compreendem a dimensão política do ensino de Libras nas instituições de ensino superior.. Como exemplo, temos as seguintes falas:

Creio que é pelo fato de que a demanda na área da educação está cada vez mais exigente, e essa por ser uma universidade federal deve acompanhar e suprimir as novas demandas do mercado e da educação..(Participante 59)

“Acredito ser um alinhamento de IES com a política de inclusão do Governo Federal. No nosso caso específico, foi resultado da iniciativa da professora, que encontrou apoio na direção da faculdade”. (Participante 50)

5.3.3 Reflexos da disciplina na formação profissional

Averiguados os interesses dos alunos em cursar a disciplina e suas percepções sobre o porquê da disciplina estar sendo ofertada no ensino superior identificamos que os alunos tem pretensões profissionais e conhecimento sobre a abertura profissional trazida pelo decreto 5626/05 aos profissionais, principalmente aos profissionais da educação.

Os alunos consideram que terão, em algum momento de suas experiências profissionais, contato com sujeitos surdos e que a disciplina pode dar-lhes suporte para esta interação.

Opiniões como as que seguem abaixo confirmam a hipótese de que os alunos da disciplina Libras reconhecem que vivemos um novo paradigma educacional que prevê a inclusão não só em âmbito educacional, mas na sociedade como um todo.

“Sim, porque nos dias atuais precisamos estar abertos para novos conhecimentos principalmente no que diz respeito a integração das pessoas”.(Participante 24)

“Sim, pois a inclusão dos surdos nas escolas regulares está aumentando cada vez mais, e se faz necessário o professor entender libras”. (Participante 34)

Ao tratar de perspectivas profissionais, como a maioria dos respondentes é de curso de licenciatura ou Pedagogia, encontramos interesse de aprofundamento na

Educação Especial e na questão da surdez, destacamos depoimentos de alunos que tem intenção de ser intérpretes ou de se especializar em educação de surdos

“Como eu pretendo atuar na área de educação infantil, acho importante me preparar para receber um aluno surdo e até mesmo trabalhar a diversidade em sala de aula mesmo sem alunos surdos”. (Participante 62)

“Sim. O curso o qual eu faço, Letras PBSL, tem como foco o ensino de português tanto para estrangeiros, indígenas quanto para surdos. Aprender libras, sem dúvida, é abrir um leque de opções para a minha área de trabalho. Um tanto quanto proveitoso e satisfatório em aspectos não somente profissionais como pessoais”.(Participante 70)

“Sim. Porque pretendo me especializar e me tornar intérprete e professora nesse sentido”(Participante 23).

As áreas de atuação para o profissional que atua com surdez, seja o professor de surdos, seja o professor de Libras ou o intérprete, estão em expansão devido as resoluções da Lei de Libras. Os alunos que cursam a disciplina libras demonstram compreender essa nova demanda social e se interessar por ela.

Outros futuros profissionais também acreditam que a disciplina pode ser um diferencial em seu campo de atuação. Vejamos,

“Sim, pois o assistente social atua em diversos campos e com a sociedade como um todo, logo o conhecimento da libras pode facilitar o acesso a problemática dessa parte da população”.

“Todo conhecimento é relevante para nós, que atuamos com TI, ainda mais com a crescente busca da inclusão de deficientes ao acesso às tecnologias e meios de comunicação”.

“Sim. Por mesmo que o aprendizado tenha sido básico, para um médico o fato de pelo menos iniciar uma tentativa de diálogo com um surdo em alguma situação profissional poderá ajudar na confiança profissional de alguma forma.”

O principal nessas falas é perceber que a disciplina Libras tem contribuído consideravelmente para a ampliação do olhar de diferentes profissionais, além dos professores, para a questão da inclusão social e da diversidade dos sujeitos. A disciplina que poderia estar contribuindo com esta formação, poderia ser Educação Inclusiva, mas é incrível que em uma disciplina que se objetive ensinar apenas uma língua, acabe por desenvolver muito mais do que isso, a percepção para outras perspectivas, para as diferenças, para as singularidades.

Os dados levantados são muito ricos e apresentam informações importantes sobre a configuração da disciplina Libras. Destacamos neste trabalho as considerações de alunos da disciplina e constatamos que ela tem ganhado espaço nas instituições de ensino superior e, mesmo que com o caráter essencialmente básico consegue provocar os alunos e demonstrar a eles a importância de se conhecer a Língua Brasileira de Sinais em nosso contexto social atual.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo averiguar as concepções dos alunos do ensino superior sobre a disciplina Libras numa perspectiva sócio-antropológica.

As questões centrais definidas para esta análise foram analisar o perfil dos alunos da disciplina Libras, o caráter formativo da disciplina e o caráter formador, entendendo que estes aspectos poderiam nos elucidar sobre como a disciplina está configurada no ensino superior.

A tarefa de delinear o perfil dos alunos demonstrou-se ousada, pois exigiu uma amostra de dados mais significativa, mas nos permitiu uma visão mais abrangente sobre a disciplina. Identificamos que a disciplina é cursada em sua maioria por alunos das áreas de humanas com idade entre 20 e 25 anos e que estão no meio de seu fluxo curricular. Como não há determinação expressa para as instituições de ensino superior sobre a posição da disciplina no curso e os pré-requisitos para cursá-la, as IES tem se organizado junto com os profissionais que trabalharam a disciplina para chegar a um consenso.

Sobre o prisma formativo da disciplina, ponderamos que ela é comumente ofertada em um só módulo, o que para nós, não permite aprofundamento no aprendizado da língua e nem em questões referentes à cultura e identidade surda, fatores fundamentais na perspectiva teórica abordada nesse trabalho.

Acreditamos que a Libras deve ser oferecida em caráter básico e obrigatório para os cursos de Licenciatura, Pedagogia e Fonoaudiologia, com oferta exclusiva garantida a estes alunos, mas que também seja ofertada em nível intermediário e avançado com caráter optativo, para garantir aos futuros profissionais, com interesse em atuar com sujeitos surdos uma formação mais completa e aprofundada.

No que diz respeito à configuração da disciplina, os dados identificaram que, devido ao nível básico em que ela é ofertada e à carga horária, considerada pelos alunos como insuficiente ou regular, não é possível o aprofundamento em determinados conteúdos como Lei de Libras e estratégias pedagógicas para o trabalho com surdos.

Entendemos que neste primeiro momento da disciplina seja importante o foco na língua privilegiando o ensino de vocabulário e a prática de conversação, mas tendo

em vista que os alunos dos cursos de formação de professores para o magistério, citados no Decreto 5626/05 que estão cursando a disciplina atuação com alunos surdos em suas salas de aula é importante que eles tenham bases políticas e pedagógicas para atuar.

Consideramos ainda que no tocante ao aspecto formador da disciplina Libras, destacamos que o principal motivo dos alunos em cursá-la é o interesse pessoal ou profissional, o que nos permite refletir sobre o impacto das ações afirmativas e das mobilizações da comunidade surda em favor do reconhecimento de sua língua e na consolidação de sua cultura perante a sociedade.

Os surdos tem se empoderado de seus direitos e mostrado à sociedade o valor de seu povo, afirmando que sua condição de não ouvinte não é o que deve prevalecer como fator de julgamento social. A sociedade está cada vez mais ciente das peculiaridades dessa comunidade e se mostra, em nível universitário, disposta a conhecer e aprender sobre a cultura surda num movimento de alteridade e empatia que acarretará mudanças na história dos sujeitos surdos e, claro na forma como a sociedade concebe as questões da surdez.

Concluimos ainda que esse movimento de reconhecimento do outro tem se estendido pelas esferas sociais chegando inclusive ao campo profissional. O mercado de trabalho tem se estruturado para atender aos surdos. Os próprios participantes deste estudo elencam possibilidades de atuação ampliadas pelo conhecimento da Libras, seja considerando que em seus espaços de trabalho poderam se deparar com sujeitos surdos e poderam estabelecer uma comunicação, mesmo que em nível básico os surdos como seus clientes ou como seu colegas de trabalho.

Acreditamos que as Instituições de Ensino Superior do DF devam se organizar e repensar seu Projeto Político Pedagógico para contemplar o aprofundamento das discussões sobre a surdez. Foram sinalizados neste trabalho avanços significativos em países como os Estados Unidos que conta com uma universidade para surdos há mais de 100 anos, enquanto o Brasil ainda implementa a disciplina Libras no ensino superior.

As IES devem começar a investir em pesquisas sobre a Libras e sobre os surdos. Áreas como a Antropologia, a Sociologia, as Ciências Políticas precisam apropriar-se da fala dos sujeitos surdos e avançar em estudos sobre estes indivíduos, esta comunidade e estes cidadãos.

Os alunos da disciplina Libras trazem contribuições importantes para os estudos dessa disciplina e contribuem significativamente para que a proposição do Decreto 5625/05, que é o uso e difusão da Libras ganhe forma no contexto social.

Ainda é preciso aprofundamento em pesquisas sobre a disciplina Libras para verificar aspectos que podem auxiliar as discussões de qual a efetividade social desta formação. Será que a inclusão da Libras nos currículo dos cursos de formação de professores cumprirá com seu dever de formar profissionais capacitados para atender aos necessidades dos alunos surdos?

É importante que sejam realizados estudos para avaliar o currículo da disciplina e sua efetividade pedagógica. Além de uma análise das práticas pedagógicas daqueles que estão atuando diretamente com o Ensino de Libras.

Ainda existem desafios na configuração da disciplina Libras no Ensino Superior do DF que as IES precisam se atentar, como a carga horária e o aprofundamento com disciplinas de nível intermediário e avançado. A lei por si não é capaz de mudar o cenário. É preciso que nós nos coloquemos como agentes desse processo, que deixemos de lado a concepção clínica sobre a surdez, considerando a perda auditiva como falha e entendamos que os surdos não se permitiram diminuir por este aspecto, pelo contrário, eles evoluíram e se adaptaram, desenvolveram uma língua utilizando-se de um canal de comunicação diferente, desenvolveram uma cultura que se consolida diariamente e lutam para serem aceitos na sociedade.

A Libras é uma língua com um peso social muito grande, ela carrega o sofrimento de um grupo que por muito tempo foi proibido de se comunicar de forma natural. Ao ser reconhecida como língua ela se emancipa e começa a se estruturar ganha corpo e voz pelas mãos dos surdos. As leis e os movimentos políticos que visão a difusão e o uso dessa língua são marcos históricos de liberdade e vitória para a comunidade surda.

A implementação da disciplina no ensino superior acarreta um caráter inclusivo que pretende, além de possibilitar aos futuros professores um canal de comunicação novo, lhes permite compreender seus alunos surdos de forma diferente e mais respeitadora.

Para nós essa disciplina tem importância fundamental para a história da educação dos surdos e deve ser trabalhada com muito cuidado para que seja transformadora. Acreditamos que com essa disciplina inicia-se uma caminhada rumo a implementação da Libras na educação básica, o que culminará em crianças crescendo bilíngües e consciente das diferenças humanas.

REFERÊNCIAS

- BITTENCOURT, Maria Conceição de Souza. **Educação de Surdos: Contextualizando a experiência de Tubarão**. Santa Catarina, UESC. Dissertação (Mestrado em Educação), 2005.
- BRASIL. **Decreto nº 5.626, Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Brasília, 2005.
- BRASIL. **Lei nº. 10.436, Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências**. Brasília, 2002.
- FELIPE, Tanya Amara; MONTEIRO, Myrna S. **Libras em contexto: curso básico, livro do professor/instrutor**. Brasília: Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos, MEC/SEESP, 2001
- FERNANDES, Sueli de F. **Surdez e Linguagem: é possível o diálogo entre as diferenças?** Curitiba, UFPR. Dissertação (Mestrado em Letras), 1998.
- FLICK, Uwe. **Uma introdução à Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2007.
- GESSER, Audrei. **Libras? Que língua é essa: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda**. São Paulo. Parábola, 2009.
- GIL, Antônio Carlos, **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- LODI, Ana Claudia B.(Org.). **Letramento e Minorias**. Porto Alegre: Mediação, 2002.
- LOPES, Maura Corcini. **Surdez & Educação**. Belo Horizonte, Autêntica, 2007.
- PEREIRA, Terezinha de Lourdes. **Desafios da implementação do ensino de LIBRAS no ensino superior**. São Paulo, Centro Universitário Moura Lacerda Dissertação (Mestrado em Educação). 2008.

QUADROS, Ronice Muller de. **A educação de surdos: A aquisição de linguagem.** Porto Alegre: Artmed, 1997.

QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos.** Porto Alegre: Artmed, 2004.

RAMOS, Clélia Regina. **Histórico da FENEIS.** Rio de Janeiro: Arara Azul, 2004a.

RAMOS, Clélia Regina. **LIBRAS: A Língua de Sinais dos Surdos Brasileiros.** Rio de Janeiro: Arara Azul, 2004b.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração: Guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso.** São Paulo: Atlas, 2007.

SALLES, Heloisa Maria Moreira Lima. *et al.* **Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica.** Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. v. 1 Brasília: MEC/SEESP, 2004.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 22. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2002.

SKLIAR, Carlos, **A Surdez: um olhar sobre as diferenças.** Porto Alegre: Mediação, 1998.

ZYCH, Anizia Costa. **Os aportes da educação de surdos, decorrentes do decreto federal nº 5626/05.** In: Revista Analecta v.9 n.2 p.113-125. Paraná:Unicentro, 2008.

APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE

Brasília, ____ de junho de 2011

Você está sendo convidado para participar da pesquisa *A disciplina Libras no ensino superior do DF: um olhar discente*, com enfoque na abordagem histórico-cultural da surdez. A sua participação não é obrigatória. Em função disso, a qualquer momento você pode desistir de participar, retirar seu consentimento e sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição.

O objetivo desta pesquisa é analisar aspectos da Libras como disciplina no ensino superior do DF. A ideia é compreender como os estudantes deste nível de ensino percebem a disciplina. Nesse sentido, busca-se investigar os motivos para cursar a disciplina, as concepções sobre o que é abordado no curso e qual o enfoque trabalhado, assim como o impacto que a disciplina pode trazer para a vida pessoal e profissional dos discentes.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder a um questionário com perguntas abertas e fechadas, expressando quando necessário suas opiniões.

As informações obtidas por meio dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação, para tanto não faremos menção ao nome dos participantes.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o contato dos pesquisadores podendo tirar suas dúvidas sobre a pesquisa a qualquer momento.

Orientando: Raphael Pereira dos Anjos

raphaelanjos@gmail.com

61 9909-9711

Orientadora: Prof. M^a. Edeilce Aparecida Santos Buzar

edeilcebuzar@gmail.com

61 9273-6453

APÊNDICE B – Declaração de Participação

Eu, _____, declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. O pesquisador me informou que esta pesquisa faz parte de seu Trabalho de Conclusão de Curso, referente ao curso de Pedagogia da Universidade de Brasília sediada no **CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO**, Asa Norte – Brasília/DF. CEP: 70904-970

Brasília,DF, ____ de _____ de 2011

Sujeito da pesquisa

APÊNDICE C – Questionário

A disciplina Libras no ensino superior do DF: um olhar discente

| | | |
|--------------|------------|----------------------------------|
| | Disciplina | |
| Data: | _____ : | _____ |
| Instituição: | _____ | Carga Horária/Creditos: _____ |
| Curso: | _____ | Período: _____ |
| Idade: | _____ | Sexo: () Masculino () Feminino |

1) Por que você escolheu cursar a disciplina Libras?

- | | |
|---------------------------------|-------------------------|
| a) () Interesse pessoal | d) () Cumprir créditos |
| b) () Interesse profissional | e) () É obrigatória |
| c) () Familiares/amigos surdos | e) () Outros _____ |

2) Você considera a carga horária da disciplina:

- a) () Excelente
 b) () Satisfeitoria
 c) () Regular
 d) () Insatisfatória

3) Quanto aos conteúdos da disciplina, dê uma nota de 0 a 5, sendo:

- | | |
|------------------------|---------------------------|
| 0 - Não abordado | 1 - Abordagem superficial |
| 2 - Abordagem Razoável | 3 - Abordagem Básica |
| 4 - Abordagem Completa | 5 - Abordagem Aprofundada |
-
- | | |
|---------------------------|--------------------------------|
| a) () Gramática | b) () Vocabulário |
| c) () Prática/Diálogo | d) () Cultura Surda |
| e) () Aspectos da Surdez | f) () Estratégias Pedagógicas |
| g) () Leis de Libras | |

4) Seu professor é surdo ou ouvinte? Como isso influencia a dinâmica da aula e o aprendizado da Libras?

5) Você sabe por que essa Instituição de Ensino Superior tem a disciplina Libras?

6) A disciplina Libras será importante para sua vida profissional? De que forma?

7) Com essa disciplina, você se sente capaz de comunicar-se com uma pessoa surda:

- a) () Fluientemente - Se comunica sem entraves e constitui diálogos complexos
- b) () Parcialmente - Estabelece diálogo compreensível e desenvolve frases mais elaboradas
- c) () Basicamente - Estabelece diálogos preliminares como cumprimentos e agradecimentos
- d) () Não se comunica - Não estabelece diálogos compreensíveis



ANEXO A – Lei 10.436 de 21 de abril de 2002.

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002.

Regulamento

Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Art. 2º Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.

Art. 3º As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor.

Art. 4º O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente.

Parágrafo único. A Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de abril de 2002; 181º da Independência e 114º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Paulo Renato Souza

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 25.4.2002

ANEXO B – Decreto 5626 de 22 de dezembro de 2005

Este texto não substitui o publicado no DOU de 23.12.2005



Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005.

Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, e no art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000,

DECRETA:**CAPÍTULO I****DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Este Decreto regulamenta a [Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002](#), e o [art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000](#).

Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras.

Parágrafo único. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.

CAPÍTULO II

DA INCLUSÃO DA LIBRAS COMO DISCIPLINA CURRICULAR

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério.

§ 2º A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

CAPÍTULO III

DA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE LIBRAS E DO INSTRUTOR DE LIBRAS

Art. 4º A formação de docentes para o ensino de Libras nas séries finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior deve ser realizada em nível superior, em curso de graduação de licenciatura plena em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda língua.

Parágrafo único. As pessoas surdas terão prioridade nos cursos de formação previstos no **caput**.

Art. 5º A formação de docentes para o ensino de Libras na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental deve ser realizada em curso de Pedagogia ou curso

normal superior, em que Libras e Língua Portuguesa escrita tenham constituído línguas de instrução, viabilizando a formação bilíngüe.

§ 1º Admite-se como formação mínima de docentes para o ensino de Libras na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, a formação ofertada em nível médio na modalidade normal, que viabilizar a formação bilíngüe, referida no **caput**.

§ 2º As pessoas surdas terão prioridade nos cursos de formação previstos no **caput**.

Art. 6º A formação de instrutor de Libras, em nível médio, deve ser realizada por meio de:

I - cursos de educação profissional;

II - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior;
e

III - cursos de formação continuada promovidos por instituições credenciadas por secretarias de educação.

§ 1º A formação do instrutor de Libras pode ser realizada também por organizações da sociedade civil representativa da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por pelo menos uma das instituições referidas nos incisos II e III.

§ 2º As pessoas surdas terão prioridade nos cursos de formação previstos no **caput**.

Art. 7º Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, caso não haja docente com título de pós-graduação ou de graduação em Libras para o ensino dessa disciplina em cursos de educação superior, ela poderá ser ministrada por profissionais que apresentem pelo menos um dos seguintes perfis:

I - professor de Libras, usuário dessa língua com curso de pós-graduação ou com formação superior e certificado de proficiência em Libras, obtido por meio de exame promovido pelo Ministério da Educação;

II - instrutor de Libras, usuário dessa língua com formação de nível médio e com certificado obtido por meio de exame de proficiência em Libras, promovido pelo Ministério da Educação;

III - professor ouvinte bilíngüe: Libras - Língua Portuguesa, com pós-graduação ou formação superior e com certificado obtido por meio de exame de proficiência em Libras, promovido pelo Ministério da Educação.

§ 1º Nos casos previstos nos incisos I e II, as pessoas surdas terão prioridade para ministrar a disciplina de Libras.

§ 2º A partir de um ano da publicação deste Decreto, os sistemas e as instituições de ensino da educação básica e as de educação superior devem incluir o professor de Libras em seu quadro do magistério.

Art. 8º O exame de proficiência em Libras, referido no art. 7º, deve avaliar a fluência no uso, o conhecimento e a competência para o ensino dessa língua.

§ 1º O exame de proficiência em Libras deve ser promovido, anualmente, pelo Ministério da Educação e instituições de educação superior por ele credenciadas para essa finalidade.

§ 2º A certificação de proficiência em Libras habilitará o instrutor ou o professor para a função docente.

§ 3º O exame de proficiência em Libras deve ser realizado por banca examinadora de amplo conhecimento em Libras, constituída por docentes surdos e lingüistas de instituições de educação superior.

Art. 9º A partir da publicação deste Decreto, as instituições de ensino médio que oferecem cursos de formação para o magistério na modalidade normal e as instituições de educação superior que oferecem cursos de Fonoaudiologia ou de formação de professores devem incluir Libras como disciplina curricular, nos seguintes prazos e percentuais mínimos:

I - até três anos, em vinte por cento dos cursos da instituição;

II - até cinco anos, em sessenta por cento dos cursos da instituição;

III - até sete anos, em oitenta por cento dos cursos da instituição; e

IV - dez anos, em cem por cento dos cursos da instituição.

Parágrafo único. O processo de inclusão da Libras como disciplina curricular deve iniciar-se nos cursos de Educação Especial, Fonoaudiologia, Pedagogia e Letras, ampliando-se progressivamente para as demais licenciaturas.

Art. 10. As instituições de educação superior devem incluir a Libras como objeto de ensino, pesquisa e extensão nos cursos de formação de professores para a educação básica, nos cursos de Fonoaudiologia e nos cursos de Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa.

Art. 11. O Ministério da Educação promoverá, a partir da publicação deste Decreto, programas específicos para a criação de cursos de graduação:

I - para formação de professores surdos e ouvintes, para a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, que viabilize a educação bilíngüe: Libras - Língua Portuguesa como segunda língua;

II - de licenciatura em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa, como segunda língua para surdos;

III - de formação em Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa.

Art. 12. As instituições de educação superior, principalmente as que ofertam cursos de Educação Especial, Pedagogia e Letras, devem viabilizar cursos de pós-graduação para a formação de professores para o ensino de Libras e sua interpretação, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

Art. 13. O ensino da modalidade escrita da Língua Portuguesa, como segunda língua para pessoas surdas, deve ser incluído como disciplina curricular nos cursos de formação de professores para a educação infantil e para os anos iniciais do ensino fundamental, de nível médio e superior, bem como nos cursos de licenciatura em Letras com habilitação em Língua Portuguesa.

Parágrafo único. O tema sobre a modalidade escrita da língua portuguesa para surdos deve ser incluído como conteúdo nos cursos de Fonoaudiologia.

CAPÍTULO IV

DO USO E DA DIFUSÃO DA LIBRAS E DA LÍNGUA PORTUGUESA PARA O ACESSO DAS PESSOAS SURDAS À EDUCAÇÃO

Art. 14. As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior.

§ 1º Para garantir o atendimento educacional especializado e o acesso previsto no **caput**, as instituições federais de ensino devem:

I - promover cursos de formação de professores para:

- a) o ensino e uso da Libras;
- b) a tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa; e
- c) o ensino da Língua Portuguesa, como segunda língua para pessoas surdas;

II - ofertar, obrigatoriamente, desde a educação infantil, o ensino da Libras e também da Língua Portuguesa, como segunda língua para alunos surdos;

III - prover as escolas com:

- a) professor de Libras ou instrutor de Libras;
- b) tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa;
- c) professor para o ensino de Língua Portuguesa como segunda língua para pessoas surdas; e
- d) professor regente de classe com conhecimento acerca da singularidade lingüística manifestada pelos alunos surdos;

IV - garantir o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos, desde a educação infantil, nas salas de aula e, também, em salas de recursos, em turno contrário ao da escolarização;

V - apoiar, na comunidade escolar, o uso e a difusão de Libras entre professores, alunos, funcionários, direção da escola e familiares, inclusive por meio da oferta de cursos;

VI - adotar mecanismos de avaliação coerentes com aprendizado de segunda língua, na correção das provas escritas, valorizando o aspecto semântico e reconhecendo a singularidade lingüística manifestada no aspecto formal da Língua Portuguesa;

VII - desenvolver e adotar mecanismos alternativos para a avaliação de conhecimentos expressos em Libras, desde que devidamente registrados em vídeo ou em outros meios eletrônicos e tecnológicos;

VIII - disponibilizar equipamentos, acesso às novas tecnologias de informação e comunicação, bem como recursos didáticos para apoiar a educação de alunos surdos ou com deficiência auditiva.

§ 2º O professor da educação básica, bilíngüe, aprovado em exame de proficiência em tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, pode exercer a função de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, cuja função é distinta da função de professor docente.

§ 3º As instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar atendimento educacional especializado aos alunos surdos ou com deficiência auditiva.

Art. 15. Para complementar o currículo da base nacional comum, o ensino de Libras e o ensino da modalidade escrita da Língua Portuguesa, como segunda língua para alunos surdos, devem ser ministrados em uma perspectiva dialógica, funcional e instrumental, como:

I - atividades ou complementação curricular específica na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental; e

II - áreas de conhecimento, como disciplinas curriculares, nos anos finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior.

Art. 16. A modalidade oral da Língua Portuguesa, na educação básica, deve ser ofertada aos alunos surdos ou com deficiência auditiva, preferencialmente em turno distinto ao da escolarização, por meio de ações integradas entre as áreas da saúde e da educação, resguardado o direito de opção da família ou do próprio aluno por essa modalidade.

Parágrafo único. A definição de espaço para o desenvolvimento da modalidade oral da Língua Portuguesa e a definição dos profissionais de Fonoaudiologia para atuação com alunos da educação básica são de competência dos órgãos que possuam estas atribuições nas unidades federadas.

CAPÍTULO V

DA FORMAÇÃO DO TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LIBRAS - LÍNGUA PORTUGUESA

Art. 17. A formação do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa deve efetivar-se por meio de curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras - Língua Portuguesa.

Art. 18. Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, a formação de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, em nível médio, deve ser realizada por meio de:

I - cursos de educação profissional;

II - cursos de extensão universitária; e

III - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por secretarias de educação.

Parágrafo único. A formação de tradutor e intérprete de Libras pode ser realizada por organizações da sociedade civil representativas da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por uma das instituições referidas no inciso III.

Art. 19. Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, caso não haja pessoas com a titulação exigida para o exercício da tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, as instituições federais de ensino devem incluir, em seus quadros, profissionais com o seguinte perfil:

I - profissional ouvinte, de nível superior, com competência e fluência em Libras para realizar a interpretação das duas línguas, de maneira simultânea e consecutiva, e com aprovação em exame de proficiência, promovido pelo Ministério da Educação, para atuação em instituições de ensino médio e de educação superior;

II - profissional ouvinte, de nível médio, com competência e fluência em Libras para realizar a interpretação das duas línguas, de maneira simultânea e consecutiva, e com aprovação em exame de proficiência, promovido pelo Ministério da Educação, para atuação no ensino fundamental;

III - profissional surdo, com competência para realizar a interpretação de línguas de sinais de outros países para a Libras, para atuação em cursos e eventos.

Parágrafo único. As instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar aos alunos surdos ou com deficiência auditiva o acesso à comunicação, à informação e à educação.

Art. 20. Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, o Ministério da Educação ou instituições de ensino superior por ele credenciadas para essa finalidade promoverão, anualmente, exame nacional de proficiência em tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa.

Parágrafo único. O exame de proficiência em tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa deve ser realizado por banca examinadora de amplo conhecimento dessa função, constituída por docentes surdos, lingüistas e tradutores e intérpretes de Libras de instituições de educação superior.

Art. 21. A partir de um ano da publicação deste Decreto, as instituições federais de ensino da educação básica e da educação superior devem incluir, em seus quadros, em todos os níveis, etapas e modalidades, o tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, para viabilizar o acesso à comunicação, à informação e à educação de alunos surdos.

§ 1º O profissional a que se refere o **caput** atuará:

I - nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino;

II - nas salas de aula para viabilizar o acesso dos alunos aos conhecimentos e conteúdos curriculares, em todas as atividades didático-pedagógicas; e

III - no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim da instituição de ensino.

§ 2º As instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar aos alunos surdos ou com deficiência auditiva o acesso à comunicação, à informação e à educação.

CAPÍTULO VI

DA GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO DAS PESSOAS SURDAS OU COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Art. 22. As instituições federais de ensino responsáveis pela educação básica devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva, por meio da organização de:

I - escolas e classes de educação bilíngüe, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngües, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental;

II - escolas bilíngües ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da

singularidade lingüística dos alunos surdos, bem como com a presença de tradutores e intérpretes de Libras - Língua Portuguesa.

§ 1º São denominadas escolas ou classes de educação bilíngüe aquelas em que a Libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo.

§ 2º Os alunos têm o direito à escolarização em um turno diferenciado ao do atendimento educacional especializado para o desenvolvimento de complementação curricular, com utilização de equipamentos e tecnologias de informação.

§ 3º As mudanças decorrentes da implementação dos incisos I e II implicam a formalização, pelos pais e pelos próprios alunos, de sua opção ou preferência pela educação sem o uso de Libras.

§ 4º O disposto no § 2º deste artigo deve ser garantido também para os alunos não usuários da Libras.

Art. 23. As instituições federais de ensino, de educação básica e superior, devem proporcionar aos alunos surdos os serviços de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa em sala de aula e em outros espaços educacionais, bem como equipamentos e tecnologias que viabilizem o acesso à comunicação, à informação e à educação.

§ 1º Deve ser proporcionado aos professores acesso à literatura e informações sobre a especificidade lingüística do aluno surdo.

§ 2º As instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar aos alunos surdos ou com deficiência auditiva o acesso à comunicação, à informação e à educação.

Art. 24. A programação visual dos cursos de nível médio e superior, preferencialmente os de formação de professores, na modalidade de educação a distância, deve dispor de sistemas de acesso à informação como janela com tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa e subtitulação por meio do sistema de legenda

oculta, de modo a reproduzir as mensagens veiculadas às pessoas surdas, conforme prevê o Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

CAPÍTULO VII

DA GARANTIA DO DIREITO À SAÚDE DAS PESSOAS SURDAS OU COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Art. 25. A partir de um ano da publicação deste Decreto, o Sistema Único de Saúde - SUS e as empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos de assistência à saúde, na perspectiva da inclusão plena das pessoas surdas ou com deficiência auditiva em todas as esferas da vida social, devem garantir, prioritariamente aos alunos matriculados nas redes de ensino da educação básica, a atenção integral à sua saúde, nos diversos níveis de complexidade e especialidades médicas, efetivando:

I - ações de prevenção e desenvolvimento de programas de saúde auditiva;

II - tratamento clínico e atendimento especializado, respeitando as especificidades de cada caso;

III - realização de diagnóstico, atendimento precoce e do encaminhamento para a área de educação;

IV - seleção, adaptação e fornecimento de prótese auditiva ou aparelho de amplificação sonora, quando indicado;

V - acompanhamento médico e fonoaudiológico e terapia fonoaudiológica;

VI - atendimento em reabilitação por equipe multiprofissional;

VII - atendimento fonoaudiológico às crianças, adolescentes e jovens matriculados na educação básica, por meio de ações integradas com a área da educação, de acordo com as necessidades terapêuticas do aluno;

VIII - orientações à família sobre as implicações da surdez e sobre a importância para a criança com perda auditiva ter, desde seu nascimento, acesso à Libras e à Língua Portuguesa;

IX - atendimento às pessoas surdas ou com deficiência auditiva na rede de serviços do SUS e das empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos de assistência à saúde, por profissionais capacitados para o uso de Libras ou para sua tradução e interpretação; e

X - apoio à capacitação e formação de profissionais da rede de serviços do SUS para o uso de Libras e sua tradução e interpretação.

§ 1º O disposto neste artigo deve ser garantido também para os alunos surdos ou com deficiência auditiva não usuários da Libras.

§ 2º O Poder Público, os órgãos da administração pública estadual, municipal, do Distrito Federal e as empresas privadas que detêm autorização, concessão ou permissão de serviços públicos de assistência à saúde buscarão implementar as medidas referidas no art. 3º da Lei nº 10.436, de 2002, como meio de assegurar, prioritariamente, aos alunos surdos ou com deficiência auditiva matriculados nas redes de ensino da educação básica, a atenção integral à sua saúde, nos diversos níveis de complexidade e especialidades médicas.

CAPÍTULO VIII

DO PAPEL DO PODER PÚBLICO E DAS EMPRESAS QUE DETÊM CONCESSÃO OU PERMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS, NO APOIO AO USO E DIFUSÃO DA LIBRAS

Art. 26. A partir de um ano da publicação deste Decreto, o Poder Público, as empresas concessionárias de serviços públicos e os órgãos da administração pública federal, direta e indireta devem garantir às pessoas surdas o tratamento diferenciado, por meio do uso e difusão de Libras e da tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, realizados por servidores e empregados capacitados para essa função, bem como o acesso às tecnologias de informação, conforme prevê o [Decreto nº 5.296, de 2004](#).

§ 1º As instituições de que trata o **caput** devem dispor de, pelo menos, cinco por cento de servidores, funcionários e empregados capacitados para o uso e interpretação da Libras.

§ 2º O Poder Público, os órgãos da administração pública estadual, municipal e do Distrito Federal, e as empresas privadas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar às pessoas surdas ou com deficiência auditiva o tratamento diferenciado, previsto no **caput**.

Art. 27. No âmbito da administração pública federal, direta e indireta, bem como das empresas que detêm concessão e permissão de serviços públicos federais, os serviços prestados por servidores e empregados capacitados para utilizar a Libras e realizar a tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa estão sujeitos a padrões de controle de atendimento e a avaliação da satisfação do usuário dos serviços públicos, sob a coordenação da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em conformidade com o [Decreto nº 3.507, de 13 de junho de 2000](#).

Parágrafo único. Caberá à administração pública no âmbito estadual, municipal e do Distrito Federal disciplinar, em regulamento próprio, os padrões de controle do atendimento e avaliação da satisfação do usuário dos serviços públicos, referido no **caput**.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 28. Os órgãos da administração pública federal, direta e indireta, devem incluir em seus orçamentos anuais e plurianuais dotações destinadas a viabilizar ações previstas neste Decreto, prioritariamente as relativas à formação, capacitação e qualificação de professores, servidores e empregados para o uso e difusão da Libras e à realização da tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

Art. 29. O Distrito Federal, os Estados e os Municípios, no âmbito de suas competências, definirão os instrumentos para a efetiva implantação e o controle do uso e difusão de Libras e de sua tradução e interpretação, referidos nos dispositivos deste Decreto.

Art. 30. Os órgãos da administração pública estadual, municipal e do Distrito Federal, direta e indireta, viabilizarão as ações previstas neste Decreto com dotações específicas em seus orçamentos anuais e plurianuais, prioritariamente as relativas à formação, capacitação e qualificação de professores, servidores e empregados para o uso e difusão da Libras e à realização da tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

Art. 31. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de dezembro de 2005; 184^o da Independência e 117^o da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Fernando Haddad

PARTE III

PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS

Reverendo minha trajetória educacional, todas as dificuldades que passei para concluir esta graduação que se arrastou por quase 6 anos, tenho muito a comemorar! A UnB me ensinou a estudar, me permitiu desenvolver um pensamento crítico e me possibilitou experiências que me amadureceram muito.

Ao pensar em perspectivas profissionais inúmeros projetos me vem a cabeça. Penso em vários planos e possibilidades, pudera eu ter como realizar todos de uma só vez, mas entendo que seria humanamente impossível. Tentarei elencar os principais projetos, aqueles que encabeçam minha lista de sonhos e questão mais próximos, acredito eu de se tornarem realidade.

Trabalho na VIVO a mais de 2 anos e tenho boas perspectivas profissionais junto a esta empresa. Hoje sou gerente geral de uma das loja mais importantes do DF, se não do Brasil. Pretendo continuar desenvolvendo meu trabalho como gestor e tocar alguns projetos voltados para minha formação acadêmica.

O primeiro projeto que tenho em mente é intensificar minha atuação como interprete de Libras tanto no Programa de Pós Graduação em Língua da UnB como em outros espaços.

Como disse em meu memorial a minha relação com a dança é muito forte e sinto muito falta de voltar a dançar, por isso pretendo cursar Licenciatura em Dança. Prestarei o vestibular do Instituto Federal de Brasília que acaba de inaugurar o curso. Também pretendo voltar a freqüentar a cena do Ballet de Brasília e fortalecer laços com antigos amigos.

Apreendi Libras sem freqüentar cursos regulares e pretendo fazer o mesmo com o Inglês. Sou apaixonado por este idioma e pretendo fazer uma viagem internacional para uma imersão na língua. A idéia inicial é viajar para Londres, onde tenho parentes, mas não descarto a possibilidade de conhecer outros países.

Quanto a meus estudos em nível de pós-graduação acredito que escolhi um tema bastante interessante em meu TCC e pretendo organizar um projeto de mestrado para dar continuidade a estes estudos.

A área de tradução e interpretação de Libras-Português, Português-Libras também me interessa muito e pretendo iniciar um projeto interessante na área. Quero

fazer uma pós graduação em Libras com foco em interpretação e posteriormente ingressar em um curso de mestrado em tradução.

Não descarto possibilidades de especializações em gestão de negócio, atendimento ao cliente ou educação corporativa, mas estes deixo em segundo plano.

Meu maior desejo é ser professor-pesquisador e poder contribuir para a formação de profissionais qualificados e cidadão com senso crítico e visão emancipadora. Entrei no curso de Pedagogia acreditando que a educação poderia mudar o mundo e sai sabendo que pode, ela realmente pode!